



filantropia®

Responsabilidade Social & Terceiro Setor

Especial: Gestão de marca

Conceitos de identidade visual, legislação sobre direito de propriedade e construção da imagem de credibilidade

Legislação

Análise sobre a legalidade da convocação simultânea de assembleia geral ordinária e extraordinária

Responsabilidade social

Esmiuçando a construção da norma ISO 26000 de responsabilidade social, liderada por Brasil e Suécia



7 PECADOS

QUE ATRAPALHAM O CAMINHO DO TERCEIRO SETOR

Entrevista

Membro da Pastoral do Menor e vigário do Povo da Rua luta contra a exclusão social e critica ferozmente políticas públicas paulistas

Julio Lancellotti



**Serão dois dias com os principais
profissionais do Terceiro Setor!**



Diálogos da
filantropia

São Paulo

Dias 29 e 30 de novembro
Das 8h às 18h - 4 palestras por dia



**Temas abordados com
presenças confirmadas:**

Direito do Terceiro Setor
com *Marcos Biasoli*

A Importância da Auditoria
com *Ricardo Monello*

Comunicação & Marketing
para Organizações Sociais
com *Marcio Zeppelini*

Elaboração de
Projetos Sociais
com *Ricardo Falcão*

Contabilidade Gerencial
para o Terceiro Setor
com *Marcelo Monello*

Captação de Recursos
com *Custódio Pereira*

Responsabilidade e
Investimento Social Privado
com *Fernando Credidio*

Voluntariado
com *Felipe Mello*

**Inscriva-se
e ganhe:
Assinatura da
Revista Filantropia
(1 ano)**

**Informações
Inscrições**

**www.
dialogosocial
.com.br**

**ou pelos telefones:
(11) 6281-9643
(11) 7186-9906
e e-mail
dialogo@dialogosocial.com.br**

Local:

Auditório CMISP

Rua Bernardino de Campos, 79 – Paraíso – São Paulo/SP
Ao lado da Avenida Paulista; entre as estações do Metrô Paraíso e Brigadeiro.
Estacionamento no local. Diversas opções de hotéis e restaurantes na região.

Realização:

filantropia
Responsabilidade Social & Terceiro Setor

Organização:

**diálogo
social**

Apoio:

SCHINCARIOL
GRUPO

A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade



Melhor que ser uma empresa responsável é ser responsável por isso.



A sabedoria popular diz: a maior riqueza que você pode dar para alguém é a educação. Por isso, a melhoria da qualidade de ensino é pedra fundamental do relacionamento da Acesita com a comunidade. Siderúrgica de atuação mundial, maior produtora integrada de aços planos inoxidáveis da América Latina e grande produtora de aços elétricos, a empresa desenvolve, também, diversas ações na área de educação, através da Fundação Acesita. A principal delas é o Programa de Melhoria da Qualidade do Ensino, que atende mais de 20 mil alunos

e 1.200 profissionais de educação das 27 escolas públicas de Timóteo. Os empregados também são estimulados a completar sua formação escolar com o Projeto Estudar. O sucesso é tão grande, que o projeto foi ampliado, passando a atender também empregados de empresas prestadoras de serviços para a Acesita. Cerca de 950 alunos já se formaram pelo Projeto Estudar. Somadas a atividades comunitárias e de incentivo à cultura, essas ações mostram que a preocupação da Acesita com a educação vai além de seus portões. Pode escrever.

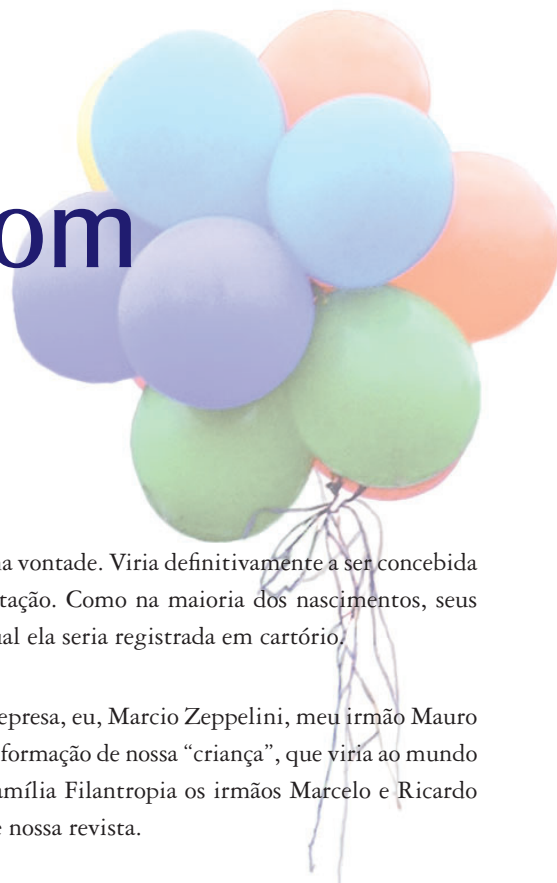


ACESITA
ACESITA S.A. GRUPO ARCELOR



Presente no futuro.

Um diálogo com a Filantropia



Cinco anos atrás, era tão somente um embrião, uma idéia, uma vontade. Viria definitivamente a ser concebida alguns meses depois, passado o necessário período de gestação. Como na maioria dos nascimentos, seus “pais” também ficaram indecisos na escolha do nome com o qual ela seria registrada em cartório.

Às salas fechadas, à mesa de um restaurante ou à beira da represa, eu, Marcio Zeppelini, meu irmão Mauro Zeppelini e o advogado Marcos Biasioli discutíamos qual seria a formação de nossa “criança”, que viria ao mundo em algumas semanas. Dois anos após a criação, juntou-se à Família Filantropia os irmãos Marcelo e Ricardo Monello, agregando ainda mais valor à formação intelectual de nossa revista.

Hoje, a “criança” está mais crescida, mais madura. Com sua personalidade fortificada, a **Revista Filantropia** comemora cinco anos de existência, preocupando-se em sempre levar o máximo de informações relevantes para a gestão da prática do bem, o que tem conquistado a atenção de seus leitores a cada edição.

Nestes anos todos de coleta e produção de material jornalístico – ferramenta essencial para que os gestores sociais possam administrar com eficácia os seus projetos –, diversas foram as palestras proferidas por mim, por Marcos Biasioli e pelos irmãos Monello. Porém, foram raras as vezes em que pudemos dividir o mesmo palco, os quatro juntos, por conta da conseqüente agenda conturbada.

Então, para comemorar os cinco anos da **Revista Filantropia**, promoveremos o 1º **Diálogos da Filantropia**, um evento de dois dias com palestras voltadas para a prática do bem. Mas o evento não reunirá no mesmo palco somente os idealizadores da **Revista Filantropia**. Estarão também presentes outros grandes profissionais, que desde o princípio contribuíram ativamente com seu conhecimento para a ampliação do conteúdo editorial da revista. São eles: Custódio Pereira, Felipe Mello, Fernando Credidio, Ricardo Falcão e Roberto Ravagnani.



São Paulo foi a cidade escolhida para esta primeira edição, mas desejamos que o **Diálogos da Filantropia** possa acontecer futuramente em cada uma das capitais brasileiras – aguardamos sugestões para isso. E esperamos que todos os leitores possam participar e comemorar conosco, agregando conhecimento na busca da profissionalização do setor social brasileiro.

Afinal, não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito!

Marcio Zeppelini
editor@revistafilantropia.com.br

“O futuro das organizações – e nações – dependerá cada vez mais de sua capacidade de aprender coletivamente”

Peter Senge
(escritor norte-americano)

 Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia.** 

Evento esclarece legislação da área social

Aconteceu no dia 22 de setembro, em São Paulo, o 7º Congresso Brasileiro de Direito do Terceiro Setor, uma iniciativa da Econômica Desenvolvimento Empresarial. A ampla programação promoveu a atualização e o aprimoramento da capacitação dos profissionais envolvidos com as questões sociais ligados às entidades beneficentes ou a empresas socialmente responsáveis, tais como: advogados, administradores, dirigentes de ONGs, auditores, contabilistas, ecônomos, provinciais religiosos, estudantes e demais profissionais engajados na obra do bem. Sob o comando da dra. Lucia Bludeni, presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor OAB-SP, o evento recebeu 200 participantes.

www.economica.com.br



Na mesa, da esq. para a dir., os palestrantes Paulo Haus Martins, Roberto de Campos Andrade, Marcos Biasioli, Flavia Cristina Piovesan e Renato Lopes Becho

Feira de acessibilidade

A presença de mais de 10 mil visitantes surpreendeu os organizadores da 1ª edição da Reaccess – Feira Nacional de Acessibilidade e Reabilitação, realizada entre os dias 21 e 23 de setembro, no Rio de Janeiro. Um dos focos do evento foi levar para o Rio opções de adaptações para que a cidade possa atender satisfatoriamente seus moradores com algum tipo de deficiência (mais de 800 mil), além de se preparar para a realização dos Jogos Parapanamericanos, em agosto de 2007. A Reaccess foi promovida pelo Grupo Cipa Feiras & Congressos, em parceria com a Revista Nacional de Reabilitação e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

www.reaccess.com.br



1ª edição da feira mobiliza mais de 10 mil pessoas

Compromisso pela educação

Mais de cem entidades da sociedade civil assinaram em 6 de setembro, no Museu do Ipiranga, em São Paulo, o Compromisso Todos pela Educação, cujo objetivo é implementar, até 2022 – ano do bicentenário da Independência –, cinco metas: nenhuma criança fora da escola; toda criança lendo e escrevendo até os oito anos de idade; todos os alunos recebendo educação de qualidade; todos os alunos concluindo o ensino fundamental até os 16 anos e o ensino médio até os 19; e recursos administrados com eficiência e ética.

www.todospelaeducacao.org.br

Cooperação entre judiciário internacional

O British Council (Conselho Britânico) reuniu em Brasília, entre 18 e 20 de setembro, representantes de dez países na 1ª Conferência Mundial sobre os Sistemas de Justiça e Direitos Humanos. As discussões visam estabelecer uma cooperação entre o sistema judiciário dos países envolvidos: Brasil, África do Sul, Índia, Reino Unido, Argentina, Peru, Chile, Colômbia, México e Venezuela. Entre os representantes brasileiros estavam a socióloga Julita Lemgruber e Pierpaolo Bottini, secretário Nacional de Reforma Judicial do Ministério da Justiça.

www.britishcouncil.org.br

Seminário Balanço Social em SP

Assim como o Rio, São Paulo recebeu, no dia 23 de outubro, o Seminário Nacional Balanço Social: Responsabilidade e Transparência. Promovido Pela Gala Comunicação e Educação Integradas, com o apoio da André Pestana Consultoria em Marketing Educacional e do Banco Cruzeiro do Sul, o evento recebeu cerca de 100 gestores de entidades sem fins econômicos de quatro estados.

www.galacomunicacao.com.br



À mesa, da esq. para a dir., Ricardo Vianna Rocha, sócio-titular do Escritório Rocha & Labanca Advogados; Manoel Alves, doutor em ciência da educação pela Universidade de Paris; e André Pestana, especialista em marketing educacional

Primeiro escritório de inclusão social

O Grupo Orsa, a prefeitura de São Paulo e a União Européia inauguraram no dia 19 de setembro, com a participação de 300 pessoas, o primeiro escritório de inclusão social da América Latina: Nós do Centro. Localizado na Rua Barão de Iguape, 900, em São Paulo, o escritório irá oferecer serviços sociais e desenvolvimento cultural à população. O investimento de €15 milhões acordado para a parceria será utilizado no período de cinco anos para a instalação de dez escritórios de inclusão social em São Paulo.

www.fundacaoorsa.org.br

Centenas de pessoas prestigiaram a festa de inauguração do escritório



Acontece

11 anos do Dia Global do Voluntariado

O dia 7 de outubro marcou o 11º aniversário do Dia Global do Voluntariado, principal evento da Prudential Financial para retribuição às comunidades. Como parte da campanha deste ano, 34 mil funcionários e franqueados realizaram cerca de 900 projetos em mais de 15 países. No Brasil, o evento contou com aproximadamente 1.600 voluntários, que se dedicaram a 16 projetos no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, estados onde a Prudential do Brasil está presente. Desde 1995, cerca de 250 mil voluntários realizaram mais de 6.000 projetos em todo o mundo.

www.prudential.com.br



Voluntários da Prudential do Brasil desenvolveram trabalho de pintura em creche

Petrobras investe R\$ 20 milhões no social

A Petrobras anunciou no dia 28 de setembro os 76 projetos sociais escolhidos por seleção pública entre cerca de 4.500 apresentados. A iniciativa integra a parceria da companhia com o programa Fome Zero e prevê investimentos de R\$ 20 milhões. Os projetos selecionados enfrentaram um processo de avaliação dividido em quatro etapas e receberão o valor máximo de R\$ 660 mil.

www.petrobras.gov.br

Saúde para o povo de rua

O Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto realizou no dia 20 de outubro, em São Paulo, o seminário Atenção à pessoa em situação de rua, que reuniu cerca de 200 pessoas. O tema foi o programa A Gente na Rua, parceria entre a entidade e a Secretaria Municipal da Saúde, que presta atendimento gratuito à população de rua. Participaram do seminário o Pe. Julio Lancellotti, idealizador do programa; Maria Angélica Crevelim, representante da Secretaria Municipal da Saúde; e Floriano Pesaro, secretário municipal da Assistência e Desenvolvimento Social, entre outros. O ponto alto do evento foi a participação dos agentes comunitários, que fizeram uma encenação sobre o dia-a-dia de trabalho e cantaram uma música sobre sua profissão.

Maria de Jesus Iannarelli, coordenadora do programa A Gente na Rua, faz o encerramento do evento

www.acolhe.org.br

Mil atletas na Olimpíada das Apaes

A Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) promoveu entre 6 e 13 de outubro, em Araraquara (SP), sua 18ª Olimpíada Nacional. Durante toda a semana, cerca de mil jovens com idade a partir de 12 anos competiram em nove modalidades esportivas: atletismo, basquete, futebol de salão, futebol de campo, ginástica olímpica e ginástica rítmica desportiva, handebol, natação e tênis de mesa. Houve ainda duas modalidades de apresentação: judô e capoeira. Os alunos participantes foram previamente selecionados nas etapas regionais e estaduais da competição. De acordo com o presidente da Federação, Eduardo Barbosa, a Olimpíada Nacional é o ápice de um trabalho desenvolvido nas unidades da Apaes em todo o Brasil.

www.apaebrasil.org.br

Prêmio Eco

A 24ª edição da premiação, organizada pela Câmara Americana de Comércio (Amcham), teve mais de 140 trabalhos inscritos. O ex-vice presidente dos EUA Al Gore, convidado de honra do evento, fez uma apresentação sobre as mudanças climáticas causadas pelo efeito estufa e entregou troféus para as empresas vencedoras da modalidade Gestão Empresarial para a Sustentabilidade (GES): Y Takaoka Empreendimentos, AlphaVille Urbanismo e Banco ABN Amro Real.

www.premioeco.com.br



Al Gore em apresentação sobre o efeito estufa

ONU cria grupo de responsabilidade social

Com o objetivo de aproximar a ONU da sociedade civil por meio da divulgação de suas idéias, valores e pesquisas, foi criada no dia 24 de outubro a organização Conversando com as Nações Unidas (CNU-Brasil). O novo órgão deve servir de referência para os projetos sociais brasileiros, fazendo a ponte entre tudo o que já foi feito pela ONU e pela sociedade civil. Uma das primeiras decisões da CNU-Brasil é a criação da Casa da ONU, que será construída em 2007 no centro de São Paulo.

www.onu-brasil.org.br

Evento discute gestão de ONGs

O Seminário Filantrópico: Gestão Contábil e Jurídica no Terceiro Setor foi realizado nos dias 9 e 10 de outubro no auditório da Universidade do Vale Paraíba (Univap), em São José dos Campos (SP), pela Audisa Auditores Associados. O evento, que contou com a participação de 185 instituições, teve o propósito de orientar os profissionais para as novas exigências fiscais, jurídicas e de gestão estratégica e financeira do Terceiro Setor.

www.auditus-tsa.com.br

Da esq para a dir., os palestrantes Nilton Tiellet Borges, Sérgio Monello, Carmo Marino e Alexandre Nascimento



SÔNIA PIRES VIEIRA

5º encontro sobre sustentabilidade

A 5ª edição do Ciclo de Encontros sobre Sustentabilidade e Gestão Responsável – Sustentável 2006, organizado no dia 28 de setembro pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds) e pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), em parceria com o Instituto Gesc, debateu o tema “Sustentabilidade Corporativa: Estratégia de Sobrevivência Empresarial”. A proposta foi de mostrar para as grandes organizações a importância da criação de condições de vida sustentável para as pessoas de baixa renda, gerando também boas oportunidades de negócios para as empresas.

www.sustentavel.org.br

Encontro do Terceiro Setor no México

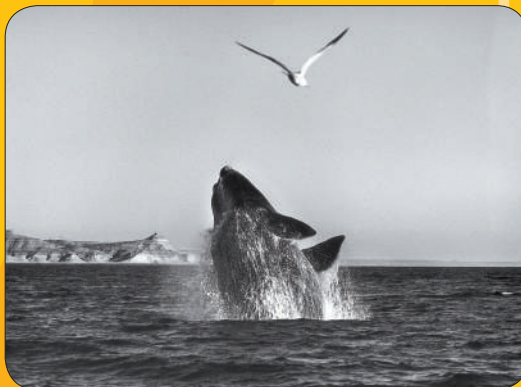
O Centro Mexicano de Filantropia (Cemefi) organizou entre 16 e 18 de outubro, na Cidade do México, o 8º Encontro Iberoamericano do Terceiro Setor. Mais de 600 pessoas provenientes da Espanha, Portugal e 18 países de América Latina – entre representantes da sociedade civil, de empresas e do governo – discutiram os três grandes conceitos que serviram como lema do evento: responsabilidade, legalidade e generosidade. Foram apresentados cerca de cem casos de 20 países, que mostraram ações de sucesso desenvolvidas pelo Primeiro, o Segundo e o Terceiro Setor.

www.encuentroiberoamericano.org

Terra na mira de Sebastião Salgado

Do Congo ao arquipélago de Galápagos, o fotógrafo Sebastião Salgado retratou regiões de beleza primitiva, estabelecendo um cenário comparativo com a atual situação de degradação promovida pela sociedade industrial. Ao todo, 55 registros foram feitos em preto e branco e reunidos no Projeto Genesis, uma exposição mundial lançada no primeiro semestre do ano em Vitória (ES). O projeto conta com o patrocínio da Arcelor Brasil e o apoio da Unesco.

Baleia Franca Austral, chamada Adelita, Patagônia, Argentina
(ESTA FOTOGRAFIA É LIVRE DE DIREITOS AUTORAIS PARA USO NA IMPRENSA SOMENTE NO CONTEXTO DA EXPOSIÇÃO GÊNESIS)



© SEBASTIÃO SALGADO/AMAZONAS IMAGES

McDia Feliz 2006 bate recorde

A campanha deste ano do McDia Feliz superou a meta de arrecadação e alcançou R\$ 9,4 milhões com a venda de 1,37 milhão de sanduíches, além dos esforços adicionais feitos pelas instituições, como a venda de brindes (bonés, camisetas, pins) e vales antecipados do sanduíche. Este ano, houve um acréscimo de 9,3% no valor arrecadado em relação ao ano passado, que foi de R\$ 8,6 milhões.

www.mcdonalds.com.br

Gestão de fundações

O 2º Encontro Paulista de Fundações, realizado no dia 2 de setembro pela Associação Paulista de Fundações (APF), debateu o tema “O Profissionalismo na sua Essência”. A 2ª Carta de São Paulo, formulada pelos 350 participantes, reitera o que se definiu na edição passada e acrescenta algumas recomendações para a boa gestão das fundações.

www.apf.org.br

Troca de experiências

Palestrantes dos vários segmentos da sociedade civil, dos poderes legislativo e judiciário participaram de 7 a 9 de setembro, em Ribeirão Bonito (SP), do 1º Encontro Nacional de Cidadania, promovido pela ONG Amarribo. Nepotismo, corrupção, morosidade da justiça, o papel da imprensa no combate à corrupção e responsabilidade social no Brasil e no exterior foram alguns dos temas discutidos no evento.

www.amarribo.org.br

ISO 26000

A Petrobras e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com o apoio da Firjan e do Sesi, promoveram no dia 18 de outubro, no Rio de Janeiro, mais um evento do Ciclo de Seminários sobre Normalização em Responsabilidade Social. O seminário teve como tema central a elaboração da ISO 26000 – futura diretriz normativa internacional de responsabilidade social a ser lançada em 2008.

www.petrobras.com.br
www.abnt.org.br

Futuro do planeta em perigo

O Relatório Planeta Vivo 2006, estudo bianual divulgado no dia 24 de outubro pela rede WWF, analisa o estado da natureza e indica que, se as atuais projeções se concretizarem, a humanidade consumirá perigosamente até 2050 duas vezes mais recursos que o planeta pode gerar por ano. Os números gerais indicam uma acentuada perda de recursos naturais. Entre 1970 e 2003, por exemplo, houve redução em um terço das populações de espécies de vertebrados analisados.

www.wwf.org.br

Em favor dos que estão à margem da sociedade, Pe. Julio milita por diversos projetos sociais, destacando-se por seu posicionamento crítico contra as políticas públicas de assistência social consideradas por ele de caráter higienista

Elaine Iorio

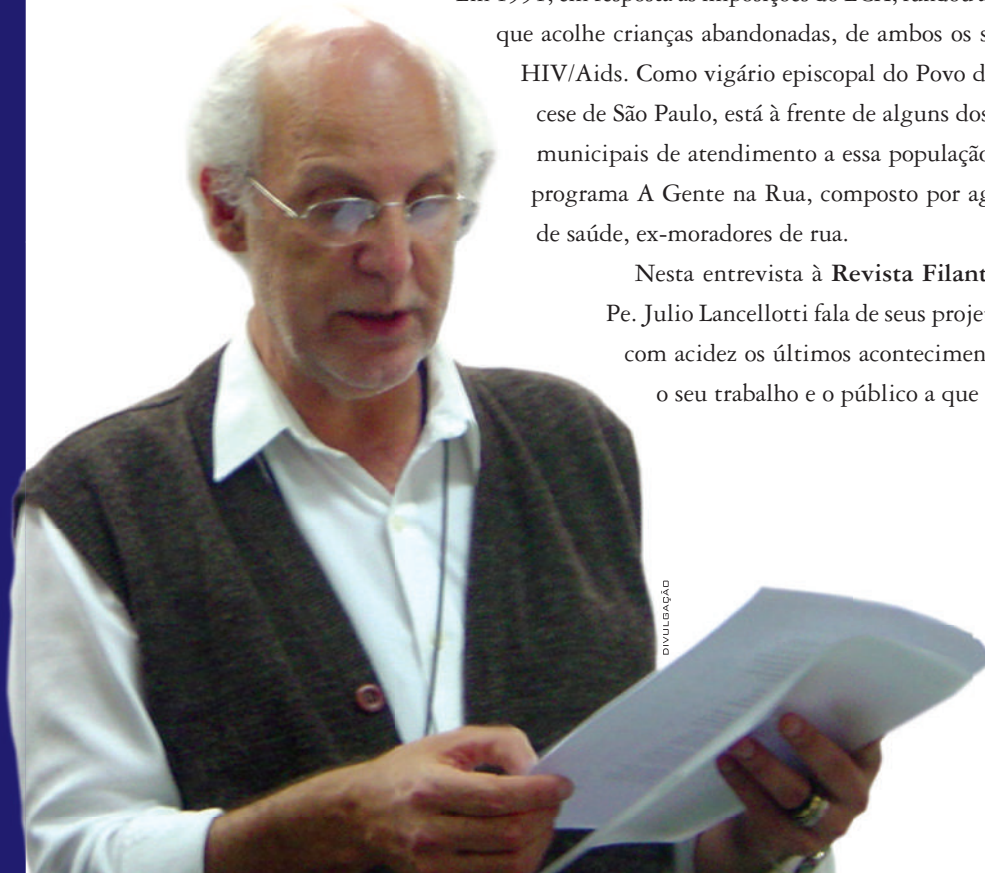
Personagem marcante do movimento paulista pela inclusão social de grupos menos favorecidos, Pe. Julio Lancellotti definitivamente não é um homem de meias palavras. Ao ser questionado sobre diferentes temas que envolvem o setor social brasileiro, suas respostas eclodem como um tiro de canhão: potente, certo e desafiador. Ele expõe claramente suas opiniões, com a segurança de quem conhece o assunto de perto, fazendo muitas vezes de sua voz um instrumento de luta.

Sua vida sempre foi marcada pelo trabalho social. Sacerdote católico, formado em pedagogia e teologia, Pe. Julio foi professor primário e universitário e trabalhou no Serviço Social de Menores – onde seu pai também atuava – e que depois deu origem à Secretaria Municipal de Assistência Social. Em seguida, participou com Dom Luciano Mendes de toda a fundamentação da Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo. Integrou ainda os grupos de fundação da Pastoral da Criança e de formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Concomitantemente, desenvolveu fortes laços de atuação junto a menores infratores, detentos em liberdade assistida, pacientes com HIV/Aids e populações de baixa renda e em situação de rua. Suas iniciativas fazem parte de um projeto de vida pessoal e social que acredita na pessoa humana acima de tudo, como imagem e semelhança de Deus e como cidadãos que devem ter seus direitos respeitados.

Em 1991, em resposta às imposições do ECA, fundou a Casa Vida, entidade que acolhe crianças abandonadas, de ambos os sexos, portadores de HIV/Aids. Como vigário episcopal do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo, está à frente de alguns dos principais projetos municipais de atendimento a essa população. Como é o caso do programa A Gente na Rua, composto por agentes comunitários de saúde, ex-moradores de rua.

Nesta entrevista à **Revista Filantropia** por telefone, Pe. Julio Lancellotti fala de seus projetos atuais e comenta com acidez os últimos acontecimentos que envolveram o seu trabalho e o público a que assiste.



Revista Filantropia: *O que motivou a fundação da Casa Vida?*

Julio Lancellotti: A Casa Vida surgiu a partir da promulgação do ECA, em 1990, como uma resposta ao fim dos grandes orfanatos e ao surgimento de abrigos mais inseridos nas comunidades e nos pequenos grupos – que tivessem muito mais uma vivência, uma convivência familiar e comunitária –, assim como prevê o estatuto. Na ocasião, ao visitar a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), eu vi que as crianças com HIV/Aids estavam em uma situação muito difícil e necessitavam de atenção – imagine tanto tempo atrás a compreensão que se tinha da doença. Ao todo, 130 crianças, adolescentes e jovens já passaram pela Casa Vida e, atualmente, 30 ainda residem conosco.

Filantropia: *Quais as características principais do trabalho com crianças e adolescentes portadores de HIV/Aids?*

JL: A defesa e a qualificação da vida. Nós acompanhamos nesse tempo todo o desenvolvimento de terapias novas e diferentes, as novas possibilidades. É um trabalho bastante complexo, difícil, que envolve muitos fatores: qualidade de vida, saúde, atendimento psicológico e emocional, apoio àqueles que trabalham com as crianças, a questão da perda, do luto, da doença, da vida.

Filantropia: *Qual a sua visão do atendimento público oferecido às pessoas com HIV/Aids?*

JL: Houve um desenvolvimento muito grande a partir da atuação das entidades da sociedade civil, que pressionaram o poder público para que tenhamos programas adequados para as crianças e adolescentes e para os doentes de Aids em geral. Foi uma conquista da sociedade civil organizada.

Filantropia: *Fale da importância do programa A Gente na Rua, do qual o senhor foi o idealizador.*

JL: Esse programa nasceu do Dia de Luto do Povo da Rua, que todo ano é vivenciado pela população de rua e pelas entidades que a acompanha. Quando o tema foi a saúde, apareceu então a possibilidade de termos, assim como existia o Agente de Saúde da Família, o Agente Comunitário de Saúde da Rua. Foi um longo processo de maturação e discussão, pois insistimos para que os agentes fossem pessoas que tivessem a vivência de rua. A idéia foi amadurecendo, caminhando e, no último ano da gestão da

Marta Suplicy na Prefeitura de São Paulo, nós demos início ao projeto com a seleção de 11 agentes. Apesar de alguns problemas, conflitos e dificuldades, os resultados apareceram logo e foram muito bons.

Com a entrada da dra. Maria Cristina Curi na Secretaria Municipal da Saúde, nós conseguimos ampliar o programa para 35 agentes mais assistentes sociais, enfermeiros e pessoal administrativo. Assim, o A Gente na Rua cresceu muito e passou a ser visto na sua consistência e seriedade, na resposta de vida que estava dando, no envolvimento das pessoas que viviam em situação de rua. Agora, no dia 20 de outubro, nós tivemos um seminário de 2 anos que foi arquitetado pelos próprios agentes comunitários de saúde na rua (Leia mais na seção *Acontece*). O evento fez um balanço desse projeto – eu acredito que único no Brasil – e que dá uma resposta realmente muito positiva, muito importante, seja na transformação na vida do agente, seja na sua ação social como autor social e de saúde.

Filantropia: *O sucesso do A Gente na Rua deve-se ao fato de os agentes serem ex-moradores de ruas, diferentemente de outros projetos?*

JL: Os agentes são pessoas que viveram aquela situação e tiveram suas vidas muito transformadas por isso. Por uma sucessão de fatos, eles conseguiram resgatar a auto-estima, a identidade e a capacidade, o que trouxe um diferencial muito grande ao projeto. O sucesso se deve, principalmente, pelo A Gente na Rua trazer para a prática concreta aquilo que muitas vezes só ficava no discurso: o protagonismo das pessoas em situação de rua.

Filantropia: *Qual a real situação das pessoas que vivem nas ruas? O que a administração pública tem feito em relação a esse grupo.*

JL: A situação é diferenciada nos vários estados. São Paulo conta hoje com uma lei, que teve um longo percurso até ser aprovada e regulamentada [a lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997, dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento à população de rua da cidade de São Paulo]. Mas a população de rua é heterogênea, por isso não se pode dar sempre a mesma resposta. Albergue não pode ser a única resposta, nós precisamos de moradia, moradias provisórias, a questão do trabalho, das cooperativas. É uma complexidade muito grande que deve ser contemplada.



Diferentes momentos da atuação de Pe. Julio

É fundamental exigir que o Estado não se torne ausente e não queira jogar nas costas das entidades sociais a sua incompetência

Além disso, alguns fatos chamam muita atenção. Em Paranaguá (PR), depois da denúncia do Padre Adelir Antonio de Carli sobre a tortura dos moradores de rua, o secretário de Segurança Pública da cidade, Álvaro Domingues Neto, foi exonerado. Por outro lado, nós vimos há pouco, no Rio de Janeiro, o caso daquela senhora que foi assaltada por um morador de rua e atirou nele. Ao ser condecorada na Câmara Municipal do Rio, ela declarou que lugar de morador de rua é em alto mar, o que é uma coisa estarrecidora. Ela ganha a mais alta comenda da cidade do Rio de Janeiro e diz que lugar de morador de rua é em alto mar!

No dia 26 de outubro, um morador de rua morreu diante do gabinete do prefeito de São Paulo e seu corpo ficou estirado no chão por oito horas até que se tomasse alguma providência. Nós temos o massacre dos moradores de rua, que completou dois anos sem nenhuma elucidação; um crime que continua impune, apesar da repercussão internacional. Esse é o retrato da população de um país que se mostra intolerante, incapaz de dar respostas ao povo da rua. Mas também vemos sinais de esperança. O presidente Lula, por exemplo, se reuniu nos últimos três anos, na antevéspera do Natal, com a população de rua, de catadores, com os agentes comunitários de saúde, as frentes de trabalho, os grupos de cooperativa. É um misto de sinais de esperança com sinais de intolerância, que está muito grande e fortemente presente na sociedade brasileira.

Filantropia: *O senhor demonstra publicamente sua insatisfação com algumas ações governamentais. Atualmente, o que tem motivado a sua luta?*

JL: A questão da violência e da impunidade é muito forte, mas também tem a busca de políticas públicas. No seminário do dia 20 de outubro, o secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro, falou dos laços que os moradores de rua têm lá em São Miguel; e que, por isso, ele quer abrir um albergue naquela região. Mas

ele não considera que os que estão no centro também têm laços? Foi por isso que eu disse que fico muito feliz que a prefeitura descobriu que o povo da rua também tem sentimentos e que devem ser respeitados, tanto os de São Miguel quanto os do centro. E eu também atuo fortemente para denunciar essa política higienista que foi imposta em São Paulo pela administração José Serra.

Filantropia: *No começo do ano, o senhor se envolveu em uma manifestação pública contra a Revista Veja, que na matéria “A solução é derrubar” (8/1/2006) defende claramente um projeto de revitalização do centro de São Paulo e tenta desqualificar o seu trabalho social. Fale sobre esse caso.*

JL: A Revista Veja me solicitou uma entrevista. Fez a entrevista comigo, não publicou uma linha e divulgou uma matéria que deve ter sido encomendada pela administração Serra. Inclusive porque aquela matéria de fundo, “A solução é derrubar”, mostra exatamente isso: o higienismo, a intervenção urbanística na cidade de maneira inadequada. Aquela matéria foi estudada por arquitetos, por urbanistas e foi rejeitada. São pessoas que conhecem as áreas que ali foram citadas e sabem que aquelas propostas haviam sido abandonadas há muito tempo.

Além disso, a matéria teve o repúdio de muitos jornalistas. A revista Veja recebeu muitos cancelamentos de assinaturas e também foi inundada de e-mails – só da Itália vieram cerca de 2.000 –, que protestaram contra a forma como aquilo foi colocado. Então, a gente vê que esse é o retrato de São Paulo. Eu não nasci na cidade de São Paulo, por isso acredito que eu possa dizer com a autoridade de quem tem a cidadania paulistana. Tudo isso é a cara de São Paulo: racista, imperialista, colonialista, discriminador e preconceituoso! A Veja é o retrato de São Paulo.

Filantropia: *Na sua opinião, qual o segredo do setor social e qual a sua importância numa sociedade democrática?*

JL: O trabalho social não pode substituir o Estado, e o Terceiro Setor não é esse

tapa-buraco. Nós precisamos entender que o trabalho das entidades sociais é política pública complementar, feita em parceria. Eu acredito também que o Terceiro Setor acaba crescendo porque o Estado se torna ausente. É fundamental exigir que o Estado não se torne ausente e não queira jogar nas costas das entidades sociais a sua incompetência.

Filantropia: *A religiosidade sempre caminhou de mãos dadas com a filantropia. Qual a importância da fé no trabalho social?*

JL: A fé tem de ter uma verificação social. Não se pode ter uma fé que não tenha incidência na sociedade. A fé, seja qual for o credo religioso, tem hoje uma incidência social e precisa manifestar a sua identidade. As igrejas, de várias religiões, não fazem um trabalho de proselitismo, mas de humanização, democratização e dignidade da vida humana. Isso é muito importante, é um fator religioso e de todas as religiões.

Filantropia: *O senhor está envolvido com outros trabalhos sociais?*

JL: Existe o projeto dos acompanhantes comunitários de idosos. O presidente da República acaba de sancionar a nova Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, no sentido de que o idoso deve ter acompanhamento de saúde domiciliar. Nós já iniciamos esse trabalho no Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, em parceria com o poder público. Esse projeto tem dado um passo de humanização da vida, humanização da cidade e defesa dos idosos. Os próprios agentes estão descobrindo que nessa cidade existe um porão, e nesse porão, os idosos estão sofrendo. ☹

Links

i www.acolhe.org.br
www.arquidiocesedesaopaulo.org.br
www.casavida.org.br
www.pastoraldacrianca.org.br

Revista Filantropia: 5 anos colaborando com o Terceiro Setor

Palestras técnicas, depoimentos e apresentações culturais devem atrair centenas de pessoas para o primeiro evento especial promovido pela publicação

Profissionais envolvidos com o setor social de diferentes regiões do país terão a oportunidade de se conhecer e trocar experiências no 1º Diálogos da Filantropia, grande congresso em comemoração ao 5º aniversário da Revista Filantropia. O evento, a realizar-se nos dias 29 e 30 de novembro na cidade de São Paulo, pretende reunir 400 pessoas, entre voluntários, gestores de ONGs, dirigentes de empresas ligadas à responsabilidade social, profissionais liberais e estudantes.

O congresso abordará os aspectos atuais que permeiam o Terceiro Setor: direito, contabilidade, auditoria, comunicação, elaboração de projetos, responsabilidade social, captação de recursos e voluntariado, que estarão divididos em oito palestras. Serão quatro temas por dia, apresentados por profissionais de grande renome na área:

- **Direito do Terceiro Setor** – Com Marcos Biasioli

- **A Importância da Auditoria** – Com Ricardo Monello
- **Comunicação & Marketing para Organizações Sociais** – Com Marcio Zeppelini
- **Elaboração de Projetos Sociais** – Com Ricardo Falcão
- **Contabilidade Gerencial para o Terceiro Setor** – Com Marcelo Monello
- **Captação de Recursos** – Com Custódio Pereira
- **Responsabilidade e Investimento Social Privado** – Com Fernando Credidio
- **Voluntariado** – Com Felipe Mello

A abertura do evento contará com a presença de Fabio Bechara, presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo (Apae-SP), e Anísia Cravo Villas Boas Sukadolnik, diretora de relações institucionais do Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP): dois nomes

de peso que prometem contagiar a platéia com suas histórias de dedicação à causa social.

O evento é uma parceria entre a **Revista Filantropia** e a Diálogo Social Eventos. O papel de mestra-de-cerimônia ficará por conta de Maria de Jesus Iannarelli, assistente social e coordenadora do programa A Gente na Rua – que presta atendimento às pessoas em situação de rua na zona leste de São Paulo.

1º DIÁLOGOS DA FILANTROPIA

29 e 30 de novembro, das 8h às 18h
Local: Auditório CMISP – Paraíso
São Paulo/SP

Links

Diálogo Social

www.dialogosocial.com.br
dialogo@dialogosocial.com.br
(11) 6281-9643 / 7186-9906

Atividades culturais

Dois grupos artísticos também serão destaque do evento. No intervalo do primeiro dia, o coro infantil da Filarmônica Afro Brasileira (Filafro) executa, por meio do projeto Musicalização Já, obras vocais do repertório erudito e popular. E no dia 30, o grupo indígena Kariri-Xocó, cuja população está localizada na região do baixo São Francisco, no município alagoano de Porto Real do Colégio, faz uma apresentação contagiante de danças típicas. Durante todo o evento, os participantes poderão ainda visitar a mostra

Inclusão Social, uma exposição de quadros produzidos pelos irmãos Marcelo e Milton Trejger e a amiga Dulce Maria Cezar de Andrade, artistas com deficiência no desenvolvimento físico e mental. A mostra foi idealizada pela clínica paulista Vertebrae, referência no tratamento multidisciplinar, que assiste os três artistas especiais. Parte da renda obtida com a venda das obras será revertida à ONG Projeto Próximo Passo (PPP), que desenvolve e executa ações que contribuem para a melhoria da vida de pessoas portadoras de deficiências paralisantes.



Coro infantil da Filafro



Grupo indígena Kariri-Xocó



No meio dos artistas, o professor João Carlos

Definindo uma personalidade com a

Instituições sociais podem e devem trabalhar com a personalidade por meio de uma

Marcio Zeppelini
marcio@zeppelini.com.br



Assim como no mundo corporativo, as organizações sem fins lucrativos também devem ter a preocupação de criar uma identidade visual de sucesso e que seja de fácil absorção do público em geral. Uma marca simples, moderna e chamativa se fixará melhor na mente dos “consumidores” e trará resultados positivos para a organização – seja resultados de visibilidade, credibilidade e, conseqüentemente, de captação de recursos.

Uma marca de sucesso deve compilar, em poucas palavras e um desenho de poucos elementos (logotipo), a síntese da organização. Por meio das cores e formas, mostrar o conceito, missão e personalidade da instituição.

No momento da elaboração ou redesenho do logotipo da organização, deve-se ter em mente que ele deve ser de fácil aplicação

para qualquer mídia – seja revista, jornal, site, um cartaz ou um cartão de visitas. Colorido ou preto e branco.

Em todo o contexto da identidade visual de uma marca, destacam-se três elementos fundamentais:

Marca fantasia: Como a maioria das organizações sociais possui um nome em estatuto demasiadamente extenso, é importante que seja definido para uso na identidade um nome curto, de fácil memorização. A sigla formada pela abreviação do nome ou um apelido mais “simpático” que denote a ONG em questão podem ser oficializados como marca fantasia da instituição, sem modificar o nome originalmente adotado pelos idealizadores.

Trabalhando com as cores

O uso de cores normalmente está diretamente associado à personalidade do autor da identidade visual. Porém, é necessário saber o porquê de usar as cores escolhidas e a sua relação com estudos psicossomáticos de comportamento do ser humano. As cores definidas para a logomarca da instituição devem ser repetidas em escalas de tom na papelaria e no restante do material comunicativo da ONG.

A seguir, os principais atributos de algumas cores:

- O **VERDE**, muito utilizado no Terceiro Setor, é considerada a cor mais harmoniosa e calmante. Representa as energias da natureza, satisfação, esperança, perseverança, segurança e fertilidade – atributos normalmente utilizados em questões sociais. Facilita a comunicação de instituições que tenham por filosofia questões ambientais ou de saúde. Aliada ao amarelo, o tom verde-bandeira pode ser usado para questões nacionalistas. Simboliza ainda a sensação de vida nova.
 - O **VERMELHO** é a cor mais quente, ativa e estimulante. Fortalece e dá energia, força de vontade, conquista e auto-estima.
- Normalmente instituições que tenham por missão a liderança ou representatividade utilizam o vermelho para mostrarem-se fortes e dominantes. Muito utilizado em questões relacionadas à saúde e à mulher.
- A cor **AMARELA** ou **DOURADA**, desperta novas esperanças no campo da saúde. Dá vivacidade, alegria, desprendimento, leveza. Produz desinibição, brilho, espiritualidade e espiritualidade. Tem a conotação de pureza e transmite muita confiança. Importante cor para instituições que trabalham com a jovialidade (de qualquer faixa etária) e atividades de lazer, especialmente se aliada ao azul. O amarelo tem o poder de atrair pessoas alegres, traz charme, dá poder de persuasão, energia e inteligência. Traz luz para a solução de problemas, ajuda a reter conhecimentos e desenvolver a sabedoria. O dourado é bem utilizado em assuntos relativos à religiosidade.
 - A cor **AZUL** naturalmente acalma e traz clareza. Produz tranquilidade, ternura, afetuosidade, paz de espírito e segurança. Promove o entendimento entre as pessoas. Favorece as atividades intelectuais e a meditação. Simboliza devoção, fé, aspiração, sinceridade, lealdade, confiança e tranquilidade.

identidade visual no Terceiro Setor

definição de cores e formas em materiais de comunicação impressos e digitais

Nomes muito extensos dificultam a criação de logomarcas fortes e incisivas. Procure singularizar e diminuir o nome adotando um apelido ou sigla. Normalmente as organizações já são chamadas por um nome mais simpático pela própria comunidade, possibilitando adotá-lo como a marca fantasia.

Veja três exemplos fictícios de como simplificar o nome de uma organização:

1. Programa Mais Vida de Educação Infantil e Profissionalizante de Itanhaém
Sugestões de redução: Programa Mais Vida ou simplesmente +Vida!
2. Associação Beneficente Lar de Apoio ao Velho Amigo Nossa Senhora de Fátima
Sugestões de redução: Lar Velho Amigo, Lar Nossa Sra. de Fátima (mais formal)

3. Instituto de Educação, Instrução e Formação Infantil de São Carlos
Sugestões de redução: Instituto EdifiCar

Logomarca: É o logotipo associado ao nome, à marca. Deve ser um desenho simplificado e de fácil memorização. Utilizando a técnica de repetição, parte do logotipo poderá ser utilizado na criação de peças institucionais e promocionais, como papelaria, folders, site, entre outros materiais impressos e digitais.

Domínio: Já é cada vez maior a associação feita entre a marca e o endereço eletrônico da entidade, ou seja, o endereço do site da organização. Obter um domínio de endereço eletrônico simples e que seja de fácil memorização ajudará na identidade da marca, evitando nomes extensos. O uso do

“.com.br” para instituições é desaconselhável, uma vez que a associação do “.org.br” a organizações sociais já é bastante difundido entre os usuários da internet.

Além desses, há outros elementos responsáveis pela associação de identidade de uma instituição, utilizando recursos advindos do marketing corporativo. Dentre eles, podemos citar alguns mais utilizados:

Slogan: Frase que sintetize a atuação ou diferencial da instituição, complementando a logomarca e preenchendo a criação de peças de comunicação. Pode ser usado separadamente da logomarca, mas recomenda-se que ele esteja sempre intimamente ligado à identidade da organização.

JAY SIMONS

- O **VIOLETA** é uma cor metafísica. É também a cor da alquimia e da magia. Ela é vista como a cor da energia cósmica e da inspiração espiritual. A cor violeta é excelente para purificação e cura dos níveis físico, emocional e mental. Ajuda a encontrar novos caminhos para a espiritualidade e a elevar nossa intuição espiritual, trazendo poderes mentais. Simboliza também dignidade, devoção, piedade, sinceridade, espiritualidade, purificação e transformação.
- O **MARROM** representa a constância, disciplina, uniformidade e a observação das regras. Traz rusticidade e requinte se bem utilizada com tons pastéis. Também muito empregada para questões de cunho ambiental.
- O **CINZA** ou o **PRATEADO** proporcionam equilíbrio e estabilidade, por ser o meio-termo do preto e do branco. Não é recomendado usar como cor principal, mas como segunda cor pode ser extremamente charmoso e dar um tom de modernidade.
- O **PRETO** também é recomendado como segunda cor. Ele puro transmite auto-análise e permite um aprofundamento do indivíduo no seu processo existencial, mas pode ser forte

abusivamente. O uso em excesso pode produzir melancolia, depressão, tristeza, confusão, perdas e medo.

- O **BRANCO** traz pureza, sinceridade e verdade; repele energias negativas e eleva as vibrações. Instituições que se usam do branco transmitem equilíbrio, proteção e instinto materno. Muito bem empregado em organizações que objetivam o cuidado com animais, crianças e saúde. Também pode ser usado como coringa, para todos os propósitos, substituto para qualquer cor.
- O **LARANJA**, sendo a mistura do vermelho com o amarelo, traz as qualidades dessas duas cores. Transmite sucesso, agilidade, atrai coisas boas e prosperidade. Largamente utilizado no Terceiro Setor, o laranja simboliza encorajamento, estimulação, solidariedade, gentileza, cordialidade, tolerância e prosperidade.
- O **ROSA** é o vermelho, temperado com as qualidades do branco. É amor espiritual, afasta energias negativas e promove fraternidade. Daí o fato de ser uma cor muito utilizada em grupos de voluntários.

Mascote: Um desenho caricaturado, um boneco ou um bicho que possa amenizar o impacto mercadológico de uma marca e que solidifique a identidade da marca. Exemplificando, o uso da personagem animada Zé Gotinha rapidamente nos remete à campanha de vacinação.


Jingle: No marketing, existe ainda o jingle, musical especialmente feito ou associado à marca para utilização em filmes institucionais, comerciais de rádio e TV ou outra mídia que utilize áudio.

Para todos os itens acima, de nada adianta criar a marca e não ter a posse dela. É imprescindível assegurar a propriedade da logomarca, do slogan e do mascote junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) (Leia matéria

na página 17), e registrar o domínio do site na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) – apesar de estar fisicamente em São Paulo, a fundação é detentora de todos os domínios brasileiros (“.br”).

Marcas parentes

No desenvolvimento dos trabalhos de projetos sociais, é comum que se criem subprojetos dentro de todo o contexto da organização. Pode ser uma campanha, um novo projeto, um curso, um produto. Para tanto, deve-se trabalhar com o aspecto de “parentesco” da marca principal. Serão extensões do projeto-eixo que, somadas, formarão um grupo de subprojetos. É bastante interessante adaptar a marca principal ao novo projeto, pegando uma “carona” no sucesso já enraizado.

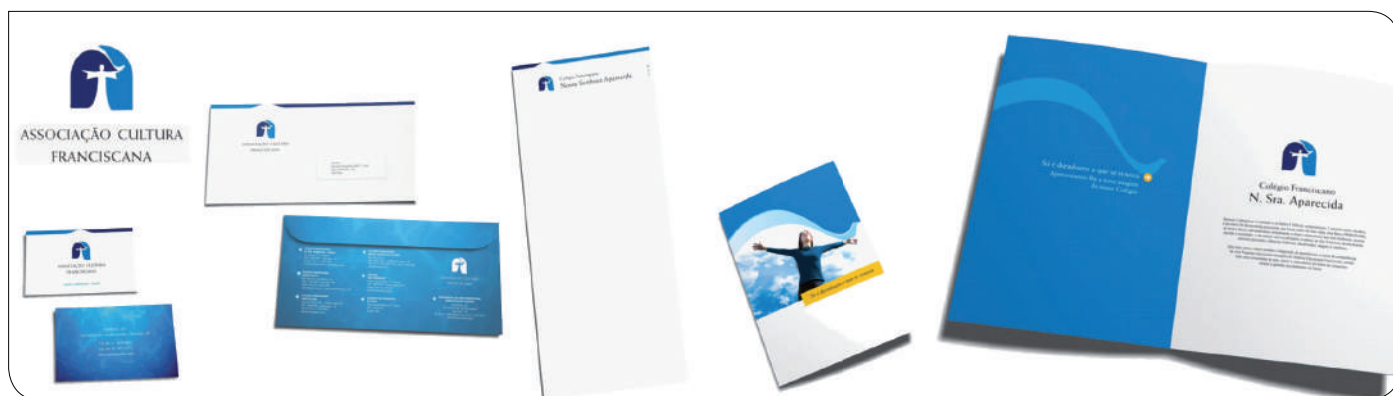
O uso de cores, tipografia e elementos gráficos adaptados à nova marca demonstrará que o subprojeto faz parte e é de responsabilidade da mesma organização, transpondo a credibilidade ao projeto novo, pois atraem os mesmos valores já relacionados na primeira marca. Deve-se tomar o cuidado a não deixá-la totalmente submissa, dando sua liberdade e características próprias. 

Marcio Zeppelini. Consultor em comunicação para o Terceiro Setor, editor da Revista Filantropia, produtor editorial pela Universidade Anhembi Morumbi e diretor-executivo da Zeppelini Editorial & Comunicação.

Links

-  www.fapesp.br
- www.inpi.gov.br

Comunicação institucional integrada



O planejamento de formas e cores do logotipo da instituição deve ter presença marcada. No exemplo acima, as peças criadas pela Associação Cultural Franciscana, de São Paulo, percebe-se a presença de elementos se repetindo em todas as peças. No catálogo, a menina imita o logotipo e a “onda” formada pelo voo da pomba é repetida diversas vezes nas peças.

O planejamento da marca e marcas parentes



No Terceiro Setor, existem algumas marcas, assim como no mercado corporativo, que basta se olhar para a forma que sabemos de quem é. É o caso das marcas acima descritas, em que os símbolos já nos remetem às marcas WWF, Salesianos e Apae. Na construção de uma marca sólida e marcante é necessário que a identidade da marca tenha sua “gênese” repetida em marcas parentes, ou seja, logomarcas de sub-projetos devem ter elementos da marca-mãe. No exemplo, marcas de colégios que pertencem à Rede Salesiana em que o “S” da marca-mãe predomina em todos os projetos da rede. No exemplo tomado, esta marca é firmada mundialmente – o Colegio Santa Julia, do exemplo, é sediado no México.

Proteção dos direitos da personalidade de associação e fundação

Propriedade abrange o chamado “nome de fantasia” da entidade, sua imagem, além do domínio e da marca

José Eduardo Sabo Paes
sabo@mpdf.gov.br



A atual Constituição Federal assegura proteção aos nomes de empresas, portanto, ao nome empresarial, denominação pela qual o empresário exerce profissionalmente sua atividade por si só ou por meio de sociedades simples ou de sociedades empresariais¹.

As associações e as fundações, pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos, são obrigadas a ter um nome ou denominação já quando da inscrição do ato constitutivo no respectivo registro², sendo hoje titulares de direitos da personalidade³. Denominação esta que merece a mesma proteção conferida ao nome de empresa e que estará obrigatoriamente expressa no estatuto da pessoa jurídica associativa ou fundacional.

Importante salientar que o direito ao nome da pessoa jurídica com ou sem fins econômicos – tendo em vista sua finalidade de impedir a usurpação de clientela e a concorrência parasitária no caso das sociedades empresariais ou a respeitabilidade e confiança que adquirem e gozam dos beneficiários, doadores e patrocinadores – não se restringe ao nome empresarial sob a forma de denominação ou firma⁴, para o caso das sociedades empresariais, ou à denominação, para o caso das associações e fundações⁵. Abrange também o título do estabelecimento⁶, as marcas de produtos ou serviços⁷ e o nome de domínio⁸.

As marcas classificam-se doutrinariamente como: inominais ou verbais, se expressas por nomes de fantasia; emblemáticas ou figurativas e mistas ou complexas, se formadas por nomes e sinais, em conjunto original e harmônico. A marca é considerada pela Constituição⁹ e pelo Código de Propriedade Industrial¹⁰ um objeto de propriedade. O Código de Propriedade Industrial admite que a pessoa jurídica possa requerer o registro da marca (válido pelo prazo de 10 anos), obtendo o direito de exclusividade sobre a mesma. É possível também o registro de uma marca coletiva, a ser usada para identificar produtos ou serviços providos de uma entidade¹¹.

O eminente desembargador Getúlio Moraes Oliveira, a respeito do direito ao nome nos ensina que: “Perde-se no tempo o início da preocupação dos povos com a proteção das criações individuais. Entre nós, o primeiro diploma que veio a lume emitiu-se por alvará do Príncipe Regente, em 28 de abril de 1809, que, com o fito de promover ‘a felicidade pública de meus fiéis vassalos’, assegurou os privilégios exclusivos de ‘alguma nova máquina e invenção nas artes’. Entretanto, de tudo que se viu no passado legal sobre o tema e na legislação em vigor, tem-se presente que o objetivo de todos os editos é a proteção às criações individuais, de forma a assegurar a propriedade sobre elas e conseqüentemente seu uso exclusivo. É por isso que se exige, a

diálogo social

CURSOS E WORKSHOPS EXCLUSIVOS PARA O TERCEIRO SETOR

- Comunicação e Marketing para o Terceiro Setor
- Elaboração de Projetos Sociais
- Administração Financeira de ONGs
- Direito do Trabalho no Terceiro Setor
- Gestão e Motivação de Voluntariado
- Captação de Recursos e Planejamento de Eventos
- Incentivos Fiscais
- Elaboração de Projetos Culturais

Veja agenda no site

www.
dialogosocial
com.br

INFORMAÇÕES

dialogo@dialogosocial.com.br

(11) 6281-9643

(11) 7186-9906

Consulte-nos sobre consultoria e cursos In Company

parte de outros requisitos, que o objeto do registro não tenha precedentes nem mesmo assemelhados¹².

Quanto ao título do estabelecimento ou ao nome empregado pelo empresário para identificar o local onde ele exerce profissionalmente sua atividade perante a clientela – que, por exemplo, pode ser um nome de fantasia (Empório Feijão Novo), um termo ou expressão relativa à atividade comercial (Pedreira Brilhante) ou o próprio nome empresarial (Baeta e Cia. Ltda.) –, estes são protegidos pela Lei de Patentes.


A tutela da imagem da pessoa jurídica tem sentido diferente da tutela da imagem da pessoa humana. Nesta: “[...] a imagem é atributo de fundamental importância, de inspiração constitucional inclusive para a manutenção de sua integridade psicofísica. Já para a pessoa jurídica com fins lucrativos, a preocupação resume-se aos aspectos pecuniários derivados de um eventual ataque à sua atuação no mercado. O ataque que na pessoa humana atinge a sua dignidade, ferindo-a psicológica e moralmente, no caso da pessoa jurídica repercute em sua capacidade de produzir riqueza, no âmbito da iniciativa econômica por ela legitimamente desenvolvida¹³.”

No âmbito das pessoas jurídicas sem fins econômicos de igual forma, a imagem é fator importantíssimo para que a entidade possa cumprir a contento suas finalidades. Para uma instituição sem fins econômicos, a imagem séria que ela forma diante da comunidade em que atua, junto ao Estado, ao Poder Público, ao mercado e ao mundo empresarial é fundamental para a formação de parcerias e captação de recursos para a manutenção de seus beneficiários e cumprimento de suas finalidades.

A imagem é um direito a ser preservado e um atributo a ser protegido. Da mesma maneira, as pessoas jurídicas sem fins lucrativos podem ter um nome de fantasia (Convention Bureau) aliado à sua própria denominação jurídica (Fundação 21 de abril) merecedora também de proteção da Lei de Patentes e agora do novo Código Civil.

É importante ressaltar que, nos últimos anos, a utilização de computadores no âmbito da internet se fez corrente entre as pessoas jurídicas e, é claro, entre as pessoas físicas. Foram criados sistemas para divulgação de suas atividades com nomes, denominados “nomes de domínio” e que podem ser definidos como o nome que serve para localizar e identificar conjuntos de computadores na internet. Esse nome ou endereço deve ser registrado segundo as normas estabelecidas

pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, na qual a precedência é primordial, não podendo haver registros de nomes que representam marcas de alto renome ou notoriamente conhecidas, siglas de estados, de ministérios ou órgãos públicos. A propósito, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o eminente Desembargador Jair Soares proferiu voto a respeito do tema¹⁴.

Certo é que, primeiro, o exercício dos direitos da personalidade não podem sofrer limitação voluntária, e, segundo, o Poder Judiciário pode e deve ser acionado para que, em caso de ameaça ou lesão a direito da personalidade, sejam reclamados perdas e danos decorrentes dos atos gravosos. Podendo, assim, as associações e fundações, por exemplo em ação de indenização por danos morais face à lesão de seus direitos da personalidade, caso tenham seu nome ou imagem prejudicados, receber reparação em virtude dos prejuízos que vier eventualmente a sofrer. 

A marca é considerada pela Constituição e pelo Código de Propriedade Industrial um objeto de propriedade

José Eduardo Sabo Paes. Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, doutor em direito pela Universidade Complutense de Madri, professor da Universidade Católica de Brasília e autor do livro *Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social*.

¹ ART. 5º, XXIX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 966 A 971 DO CÓDIGO CIVIL.

² ART. 46, I, DO CÓDIGO CIVIL.

³ ART. 52 DO CÓDIGO CIVIL.

⁴ ART. 34 DA LEI Nº 8.934/94.

⁵ ART. 46, I, E ART. 54, I, DO CÓDIGO CIVIL.

⁶ ART. 124, IX, DA LEI Nº 9.279/76.

⁷ ART. 122 DA LEI Nº 9.279/76.

⁸ PORTARIA INTERMINISTERIAL 147/95 DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES E MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, RESOLUÇÃO Nº 001/98 DO COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL.

⁹ ART. 5º, XXIX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

¹⁰ ART. 5º, DA LEI Nº 9.279/96.

¹¹ ART. 147 A 154 DO CÓDIGO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL.

¹² APELAÇÃO CIVEL Nº 31.638, 2ª TURMA CIVEL DO TJDF, 09/6/94.

¹³ TEPEDINO, GUSTAVO E OUTROS. CÓDIGO CIVIL INTERPRETADO. RIO DE JANEIRO: RENOVAR, 2004, P.134.

¹⁴ O QUAL FOI INTEIRAMENTE ACOMPANHADO PELA 6ª TURMA CIVEL DAQUELE TRIBUNAL NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO CIVEL 2001.01.1.0142503.

Branding: gestão de marca

Até mesmo no Terceiro Setor, construção de imagem deve ser baseada na credibilidade do produto ou serviço

Ader Alves de Assis Jr.
aderjr@fundocristao.org.br



Se uma organização vende um produto, provavelmente o seu foco será no design deste produto, nas experiências que ele proporciona aos seus clientes, no seu desempenho e durabilidade. Mas, qual é a situação das organizações do Terceiro Setor que prestam serviços para a comunidade? Elas estão imunes a essa questão pelo fato de não venderem um produto ou prestarem um serviço como o Segundo Setor? Certamente, não.

Sua marca não é apenas o que você vende, é também uma promessa de entrega. Se você pensar como cliente de um produto ou serviço qualquer, perceberá que há várias formas e oportunidades de tocar e formar opinião sobre uma marca. Alguns desses contatos podem significar a consolidação ou o fracasso da marca. Pode-se ter o mais perfeito produto do mundo: melhor design, performance e preço competitivo. Entretanto, se não é possível entregá-lo a tempo, ou a sua qualidade é questionável, a marca fica danificada e o negócio prejudicado.

Não se pode pensar que marcas são apenas para grandes corporações, como Fiat, Prada e Coca-Cola. Toda organização, qualquer que seja ela, incluindo as do Terceiro Setor, tem a própria personalidade, identidade, conjunto de atributos e características. À medida que surgem mais entidades e projetos relacionados ao Terceiro Setor, a importância de uma estratégia de marca se torna mais presente. Assim, é preciso perseguir e construir a oportunidade de fazer conhecidos o foco, os valores, a contribuição e a credibilidade de sua entidade.


O que fazer?

Os benefícios de uma marca forte são muitos, como tornar possível a diferenciação da sua organização na mente das pessoas. Essa diferenciação é a base para perdurar os relacionamentos com públicos múltiplos.

Outro benefício é a possibilidade de difundir um posicionamento consistente de sua entidade ao desenvolver uma proposta a doadores, voluntários, financiadores e outros públicos. Temos que considerar ainda que, com o surgimento da internet, *branding* é mais importante que nunca. Uma vez que a informação pode ser fornecida rapidamente e imediatamente para qualquer localização, as vantagens tradicionais de tamanho e localização perdem importância. Marcas – valores, habilidades, e diferenciadores – se tornam fundamentais. O mercado se transformou. O público falará sobre a organização, caso se queira ou não.

Já está na hora de discutir essas questões para o Terceiro Setor. Desenvolver uma marca é uma estratégia pró-ativa. Por exemplo, uma marca forte pode auxiliar sua organização a conquistar uma posição única na mente das pessoas, prevenindo contra o efeito da imagem negativa de algumas outras. Exemplo disso são os últimos escândalos envolvendo ONGs, sanguessugas e certas instituições.

A marca serve como um veículo simples e eficiente para informar os benefícios dos programas, bens e serviços que uma organização oferece. Ela fornece também uma garantia de qualidade e consistência. Entretanto, para que uma marca comunique esses benefícios, é preciso oferecer mais que apenas imagem e nome reconhecidos. Deve haver um compromisso para entregar produtos consistentes com o posicionamento da entidade, sejam eles programas, bens, ou serviços. Suponhamos que um doador ou financiador ligue para seis pessoas diferentes de sua organização e pergunte: “Conte-me um pouco sobre os seus projetos sociais e por que devo financiá-los”. O que você acredita que sua equipe falaria? A mensagem será consistente? Será convincente?

 A marca serve como um veículo simples e eficiente para informar os benefícios dos programas, bens e serviços que uma organização oferece

Marcas precisam ter uma mensagem única e sistêmica em toda comunicação com seus doadores atuais e futuros. É aí que entra em cena a proposição de valor, que é um documento que captura formalmente os pontos mais importantes sobre a marca e utiliza esta informação para desenvolver várias comunicações de marca, como anúncios, folders, websites, literatura e artigos em geral, concept papers de projetos e press-releases. Dessa forma, todos estão falando em uma única voz.

O melhor lugar para testar o processo de proposição de valor, na prática, é no elevador. Suponhamos que você esteja em um elevador com o executivo sênior de uma instituição que é seu doador potencial. Quando a porta do elevador se fecha no caminho para o último andar, ele lhe pergunta: "Por que o seu projeto social é melhor que os outros?". Você tem 30 segundos para responder. Esse é um momento desafiador, não concorda? Acredito que você terá uma excelente viagem até o último andar se estiver preparado para responder a essa pergunta, nestas condições.

Ao destilar a mensagem da sua marca em uma descrição curta e impactante, você prepara o caminho para que o restante da mensagem flua de uma maneira lógica e informativa. Portanto, há um mérito agregado em trabalhar a proposição de valor em um documento formal. Isso pode exigir um pouco mais de trabalho no primeiro momento, mas paga grandes dividendos no futuro. Uma parte importante do processo é o envolvimento de toda equipe interna. Ter uma voz única significa que todos na entidade conhecem os fundamentos básicos da proposição de valor. Portanto, desde o mais alto executivo até os responsáveis pela limpeza precisam entender o real significado da marca de sua organização: seus programas, valores e ideais.


Construção de imagem

Crescimento é uma das prioridades mais importantes na maioria das instituições hoje. Pensando nisso, muitos executivos estão transformando suas marcas em elementos importantes, para rapidamente buscar o crescimento e rentabilidade. Marcas fortes são recompensadas com graus mais altos de lealdade e com a possibilidade de utilizar uma estratégia de *fundraising* diferenciada. A habilidade de influenciar marcas fortes é também um fator fundamental de sucesso que permite às organizações lançarem novos negócios e projetos.

Contudo, essa demanda apresenta um desafio real, já que o ambiente para construir marcas fortes e distintas tem se tornado cada vez mais difícil. Da mesma maneira que as pressões exigem que as instituições apresentem resultados mais rapidamente, os custos de construção da marca têm escalado aceleradamente. Na busca do *top of mind*, orçamentos de mídia ficaram colossais ao tentar vencer o desafio do ceticismo da sociedade. Para agravar ainda mais o cenário, as exigências de investimentos e resultados de curto-prazo significam que muitas organizações enfrentam limitações de recursos e tempo.

Como resolver esse impasse? Se adotarmos a estratégia de tornar nossa organização conhecida, apenas com investimento em marketing e mídia, temos uma estratégia vazia. Ao investirmos demasiadamente em propaganda para comunicar o valor de nosso projeto ou programa social, passamos a imagem de organização rica, que não utiliza seus recursos de maneira eficiente. No Terceiro Setor, a entrega dos produtos ou programas sociais deve

ser comunicada pela credibilidade. Nesse caso, o trabalho de *advocacy* para tornar a entidade reconhecida é fundamental. Assim, comunicamos a imagem ou entrega de valor do nosso programa social por meio da credibilidade. Tradicionalmente, o que constrói a credibilidade são as ações de relações públicas, não as de promoção e propaganda. Portanto, desenvolver uma estratégia de relações públicas para comunicar o foco, os valores ou a contribuição de sua organização para a sociedade torna-se primordial. Afinal, o importante não é o tamanho do projeto ou sua história, mas o que ele faz ou transforma.

Historicamente, o departamento de marketing de uma organização podia criar uma estratégia de marca isoladamente dos outros departamentos. No ambiente atual, isso não seria mais possível, pois a responsabilidade de uma marca tocar e formar opinião está dividida entre todos os setores da organização, tanto no desenvolvimento da estratégia de marca quanto na entrega consistente de uma mensagem única. Quando se fala de marca, até as pequenas coisas contam, como atender ao telefone prontamente, não deixar as pessoas esperando e o sorriso no rosto. Identifique os pequenos e grandes detalhes que são importantes para todos os *stakeholders* de sua organização, e sua marca se destacará. 

Ader Alves de Assis Jr. Gerente de marketing e mobilização de recursos do Fundo Cristão para Crianças, mestre em Administração e professor de Marketing do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH).



Cultura & Diversão

www.filaafro.com.br



Filarmônica Afro Brasileira

www.filaafro.com.br
contato@filarmonicafro.com.br 11. 6949 0539
11. 6949 0539 - Institucional
11. 6931 7944 / 6931 8054 - Eventos e Vendas

Eventos Governamentais e Cívicos,
Convenções, Feiras e Eventos Empresariais,
Temporada de Concertos Clássicos
Shows Jazzísticos e Populares, Gravações de CDs,
Propaganda e Cinema, Shoppings e Teatros,
Intercâmbios Culturais,
Festivais Nacionais e Internacionais

Notícias do Planalto

Diretrizes de cooperação internacional da Unesco

Parceiros governamentais e da sociedade civil brasileira acompanharam no dia 4 de outubro, em Brasília, o lançamento do Marco Estratégico da Unesco no Brasil: diretrizes de cooperação internacional nas áreas da educação, cultura, ciência, meio ambiente, comunicação, informação e desenvolvimento social. O Marco estabelece quatro temas intersetoriais prioritários: prevenção da violência entre os jovens, educação para o desenvolvimento sustentável, combate à discriminação racial e promoção de sítios de valor excepcional.

www.unesco.org.br



VALTER CAMPANATO/ABR

O representante interino da Unesco no Brasil Vincent Defourry discursa durante o lançamento do novo marco estratégico do organismo internacional no país

Política para povos tradicionais

Os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Meio Ambiente (MMA) promoveram, em setembro, cinco encontros regionais conhecidos como Oficinas para Construção da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para os Povos e Comunidades Tradicionais. Os encontros passaram por Belém (PA) e Rio Branco (AC), de 14 a 16 de setembro, Curitiba (PR), entre os dias 18 e 20, e Cuiabá (MT) e Paulo Afonso (BA), de 21 a 23 de setembro. A expectativa é de que até o fim do ano a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para os Povos e Comunidades Tradicionais entre em vigor, por meio de decreto presidencial.

www.mds.gov.br
www.mma.gov.br

Governo recebe primeiros notebooks de R\$ 100

O governo brasileiro receberá ainda em novembro os 50 primeiros notebooks educacionais, chamados de 2BI, desenvolvidos pelo projeto One Laptop per Child (OLPC), prontos para uso. Com isso, o Brasil se tornará o primeiro país em desenvolvimento do mundo a ter os notebooks educacionais para a sua aplicação prática. O 2º lote, com mil notebooks, deve chegar em janeiro para testes escolares.

www.laptop.org



DESIGN CONTINUIUM

Versão laranja do laptop 2BI

MDS investe R\$ 1,5 milhão em ONGs

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vai investir R\$ 1,5 milhão para o financiamento de projetos de segurança alimentar e geração de trabalho e renda desenvolvidos por instituições de direito privado, sem fins lucrativos, beneficiando 1.600 famílias pobres. Por meio de edital lançado em agosto, 33 ONGs foram contempladas e podem receber até R\$ 50 mil por projeto. Entre os selecionados, 18 possuem projetos de hortas ou lavouras comunitárias, duas vão desenvolver cozinhas comunitárias e 13 pretendem capacitar as famílias com cursos de panificação, apicultura, beneficiamento de alimentos, entre outros.

www.mds.gov.br

Presidente Lula sanciona Sisan

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou no dia 15 de setembro o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), uma iniciativa da Presidência da República por meio do projeto de lei nº 81/2006. O Sisan é a possibilidade de construir uma política de segurança alimentar amparada em lei, que garanta o direito à alimentação com qualidade, regularidade e em quantidade para todos os brasileiros e estabeleça a promoção do acesso à alimentação como dever do poder público.

www.planalto.gov.br



ANTONIO CRUZ/ABR

O presidente Lula discursa na cerimônia de sanção da lei que instituiu o Sisan

MEC investe em qualificação de conselheiros

O Ministério da Educação (MEC) vai investir até o final do ano R\$ 647 mil na qualificação de 2.695 conselheiros municipais de educação e na criação de novos conselhos. Os recursos serão repassados pelo MEC à União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uname) – entidade de direito privado sem fins lucrativos que representa os conselhos – e aplicados na realização de 43 encontros em 22 municípios-pólo das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul.

www.mec.gov.br

Encontros regionais dos Consads

De 17 de outubro a 10 de novembro, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) promoveu dez Encontros Regionais de Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consads). O objetivo é proporcionar o debate entre os municípios envolvidos e preparar o 3º Encontro Nacional dos Consads, previsto para novembro.

www.mds.gov.br

Bolsa Família, 3 anos

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias, divulgou no dia 23 de outubro um artigo extenso sobre o aniversário de 3 anos do programa Bolsa Família. Seguem alguns trechos:

“O Bolsa Família está fazendo três anos, e nos chama atenção o fato de que, mesmo numa sucessão presidencial ele seja tratado como uma das poucas “unanimidades” do debate eleitoral. As críticas que recebeu dos candidatos, desde o primeiro turno da eleição, foram canalizadas para propostas de mudanças pontuais; não se falou em extinguir o programa. A ordem do dia tem sido mantê-lo e ampliá-lo. Essa situação conduz a uma reflexão importante: afinal, de onde vem a força desse programa? Penso que a resposta a essa questão passa pela



JOSE CRUZ/ABR

Patrus Ananias, ministro do MDS

compreensão do quanto significa para o desenvolvimento de um país a estruturação de uma ampla e sólida rede de proteção e promoção social. No nosso caso é o Bolsa Família o programa articulador dessa rede.

[...] Um dos princípios dos programas de transferência de renda com condicionalidades está fundamentado no objetivo de interromper o ciclo da miséria em famílias afetadas por uma situação de desigualdade e exclusão. Para resolver necessidades emergenciais, os filhos dessas famílias chegam mais cedo ao mercado de trabalho, com pouca chance de preparação enquanto os filhos de famílias mais ricas têm mais tempo para se prepararem e chegam mais tarde ao mercado de trabalho. Um dos efeitos dos programas de renda mínima, sobretudo quando trabalhado na perspectiva de rede integrada com outras políticas sociais, é justamente impedir o ingresso precoce no mercado de trabalho, criando condições para que as famílias se preparem para começar ou recomeçar um trabalho. Começam, principalmente, por possibilitar melhora de qualidade de vida dentro da família, restabelecendo vínculos familiares; muitas vezes é por meio dessas políticas que muitas famílias têm acesso ao direito elementar da alimentação.

[...] Normatizado juridicamente como política pública, legalmente regulamentado, o Bolsa Família recebe reconhecimento internacional do Banco Mundial e de entidades ligadas a ONU e se vincula com outros programas sociais numa perspectiva de ação transversal de uma rede de políticas públicas articuladas pelo Sistema Único de Assistência Social. Esse esforço é feito para ampliar seu alcance e efetivamente promover o direito à alimentação e proteger os mais necessitados, principalmente aqueles que mais necessitam de cuidados, como os idosos e as crianças. Mas é, sobretudo, um programa com raízes profundas na história de conquistas do povo brasileiro. Seu reconhecimento é, por isso mesmo, um reconhecimento da trajetória da sociedade brasileira, que fez sua opção pela justiça social.”

Crianças fazem dia de votação na Câmara

Em sessão especial promovida no dia 24 de outubro pelo Plenarinho – programa de educação política da Câmara dos Deputados –, alunos da terceira a quinta séries de escolas públicas e particulares tiveram a oportunidade de vivenciar o processo de discussão e votação de um projeto de lei. Na pauta, estavam três projetos de cunho social elaborados por alguns dos alunos participantes. Todos foram aprovados e enviados às comissões permanentes da Casa pelo presidente da Câmara, Aldo Rebelo. Com isso, as proposições vão tramitar normalmente e podem até chegar a virar leis.

www.camara.gov.br



Crianças participam de sessão da Câmara dos Deputados para a votação de projetos e o lançamento do Portal Plenarinho

Brasil participa de reunião da ONU no Chile

A secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Márcia Lopes, apresentou no dia 16 de outubro, em Santiago, Chile, os programas do governo brasileiro para enfrentamento à pobreza e proteção das famílias em situação de vulnerabilidade social. Ela participa da reunião de gestão e financiamento das políticas voltadas às famílias, promovida pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) das Organizações das Nações Unidas (ONU).

www.eclac.org/brasil



WALTER CAMPANATO/ABR

A secretária-executiva do MDS, Márcia Lopes

Captando recursos com a pesquisa clínica

Fonte de renda para santas casas, hospitais públicos e instituições sem fins lucrativos



Daniela Norcia

As pesquisas clínicas crescem no Brasil e colocam o país no caminho para a criação de medicamentos de qualidade internacional. Segundo a Associação Brasileira de Organizações Representativas de Pesquisa Clínica (Abracro), até 2005 cerca de 500 mil brasileiros participaram de estudos da área médica. “Isso possibilitou a ampliação do conhecimento das doenças e de seus tratamentos”, diz Charles Schmidt, médico Phd presidente da Abracro e diretor de Operações da empresa PRA Internacional para a América Latina, uma das fundadoras da entidade.

Há hoje, no Brasil, cerca de mil pesquisas clínicas sendo realizadas e a maior parte visa desenvolver novos medicamentos mundiais. O país possui alguns centros de excelência mundiais, como de câncer, doenças do coração e mentais, e esse mercado de trabalho de pesquisa clínica deve se expandir ainda mais. “Neste sentido, está sendo criado o primeiro curso de pós-graduação, na Santa Casa de São Paulo, que conta com o apoio da Abracro. O intuito é fomentar a pesquisa e capacitar mais profissionais para atuar nessa área, que possui muito potencial”, explica Schmidt.


O Brasil é um dos países que seguem fielmente as regras internacionais de pesquisa clínica, que são conhecidas como Declaração de Helsinque. Ainda foram desenvolvidos regulamentos nacionais emitidos pelo Ministério da Saúde e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). As pesquisas têm de ser acompanhadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), uma comissão es-

pecial que existe em cada hospital ou clínica habilitada, que, por sua vez, é subordinado ao Conselho Nacional de Saúde, um órgão do Ministério da Saúde. A responsabilidade pela aprovação dos estudos e qualidade dos produtos farmacêuticos é da Anvisa. Para Schmidt, “todo esse controle é muito importante para proteger os participantes”.

Fonte de renda

Esses processos representam fonte de renda para instituições públicas, privadas e sem fins lucrativos. Apesar de que, em geral, as pesquisas clínicas estão nas universidades, também clínicas particulares – sob autorização dos órgãos reguladores –, hospitais e santas casas realizam experimentos. “O custo de desenvolver um medicamento, desde a descoberta de uma substância até colocá-lo na farmácia, é de US\$ 800 milhões. Isso significa dinheiro para o Brasil e para todos os profissionais e instituições envolvidos”.

Os estudos podem ser financiados por universidades, indústrias farmacêuticas, fabricantes de equipamentos médicos e agências de pesquisas do governo. Podem também ser desenvolvidos pelas CROs, instituições que não têm ligação comercial com os produtos que pesquisam. Estudos internacionais, como os do Tufts Center for the Study of Drug Development, indicam que as CROs ampliam a velocidade e a capacidade do desenvolvimento de novos produtos farmacêuticos. “A pesquisa clínica também contribui para o aprimoramento da equipe. Com o envolvimento dos médicos

 Estudos podem ser financiados por universidades, indústrias farmacêuticas, fabricantes de equipamentos médicos e agências de pesquisas do governo


da casa, eles têm contato com novidades de primeiro mundo, oportunidade de aprimorar procedimentos, além de descoberta de novos procedimentos e condutas que aprendem com o auxílio da CRO”, explica Schmidt.

Os custos da pesquisa clínica envolvem a compra dos medicamentos, pagamento dos testes de laboratório e outros exames especializados, os materiais, a estrutura utilizada e os salários dos pesquisadores. “É por isso que a instituição que aplica a pesquisa clínica não ganha só com o estudo em si, mas também com o fornecimento de materiais e exames”, afirma Schmidt.

Participação voluntária

Nas pesquisas, toda participação das pessoas que recebem o tratamento é voluntária. O paciente recebe consultas, medicamentos e exames gratuitamente. As pesquisas, de alta qualidade, viabilizam a introdução das mais avançadas tecnologias de medicamentos no mercado brasileiro. Elas permitem o acesso de pacientes com baixo poder aquisitivo a remédios de última geração. Assim, os voluntários colaboram, ao se submeter à pesquisa para encontrar soluções de problemas de saúde pesquisados, e têm excelente oportunidade, ao receberem tratamento

gratuito e de alta qualidade para a busca da cura de doenças graves.

Schmidt conta que é “muito importante que os pacientes saibam quais são os medicamentos que estão tomando e para que servem. Por direito, eles podem desistir, a qualquer momento, sem prejuízo para o tratamento que fazia antes de começar a pesquisa. Mas, ao sair, não é possível retornar”. Antes de participar de qualquer pesquisa clínica, é obrigatório que o possível participante assinasse um consentimento por escrito. Esse documento contém informações detalhadas sobre o objeto do estudo, os riscos e benefícios e representa a garantia do participante. 

Como as entidades sociais podem se beneficiar?

Toda instituição interessada em realizar pesquisas que envolvem seres humanos deve constituir um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), um colegiado interdisciplinar e independente criado para defender os interesses dos sujeitos de pesquisa e contribuir no desenvolvimento do estudo dentro de padrões éticos. O CEP deve ser registrado na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), responsável pela aprovação do registro do comitê. A cada três anos, deve ser solicitada a renovação do registro.

Para participar de uma pesquisa clínica, é importante também que a instituição possua estrutura adequada, pessoal com conhecimento da International Conference on Harmonisation of Technical Requirements for Registration of Pharmaceuticals for Human Use (ICH) – acordo internacional de regulamentações de pesquisas clínicas – e das Boas Práticas Clínicas – Good Clinical Practices (GCP) –, padrões de qualidade científica e ética internacional para desenho, condução, registro e relato de estudos que envolvam a participação de seres humanos. É também preciso que a instituição disponha de médicos e uma equipe com experiência anterior em pesquisa, laboratório certificado e bom padrão imagem.



Cursos in company

- **Práticas Contábeis para o Terceiro Setor (Módulos Básico e Avançado)**
- **Reorganização Patrimonial e Societária das Entidades Sociais e Religiosas**
- **Planejamento Legal Tributário - Como conquistar e manter Imunidade/Isenção Tributária (Módulos Básico e Avançado)**
- **Técnicas de Recuperação Tributária**
- **Prestação de Contas das Entidades Sociais aos Órgãos Públicos (INSS, MJ, TCM, CNAS)**

Informações:

Tel (11) 3161 5286 | comercial@economica.com.br

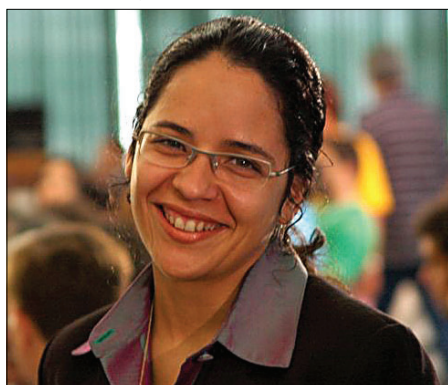
www.economica.com.br

Agora a
ECONÔMICA
vai até você

Interpretações sobre o Código Civil: especialmente X exclusivamente

Análise esclarece dúvidas sobre a possibilidade de se convocar simultaneamente uma assembleia geral ordinária e extraordinária

Lais Vanessa C. de Figueirêdo
lais@figueiredolopes.com.br



Exigir que exista uma assembleia para deliberar sobre temas ordinários e outra apenas para discutir alteração estatutária ou destituição de administradores poderia inviabilizar a realização de processos deliberativos

Uma associação pode deliberar sobre alteração estatutária e outros assuntos em uma mesma assembleia geral? Em tese, sim. Mas, na prática, aconteceu de um cartório denegar o registro dos atos societários de uma associação sob o argumento de que o art. 59 do Código Civil, com as alterações da Lei nº 11.127/05, determina que a assembleia geral que deliberar sobre a alteração de estatuto social deve ser convocada apenas com este intuito.

O que diz o art. 59? Compete privativamente à assembleia geral: I- destituir os administradores; II- alterar o estatuto. Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo, é exigida deliberação da assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.

Em primeira análise, o cartório considerou que especialmente significava exclusivamente. Entendimento este, ao nosso ver, equivocado. O termo “especialmente” descrito no código visa resguardar a transparência dos atos de destituição de administradores e de alteração estatutária, fazendo com que seja obrigatória a especificação, no edital, do motivo da assembleia. Quando a lei diz “assembleia especialmente convocada para esse fim” não tenciona determinar que haja apenas a deliberação de um assunto na reunião, mas sim que este seja um assunto destacado em pauta com expressa previsão, dada a relevância de tais matérias.

É essa relevância que torna necessário que todos os associados estejam cientes com antecedência e no momento em que são informados da realização da Assembleia, para que não haja manipulação de opiniões por

desconhecimento do conteúdo do assunto tratado. Contudo, não há qualquer justificativa, legal ou lógica, que impeça que outros assuntos também sejam deliberados juntamente a esse tema.

Ações necessárias

Complementando a legislação aplicável com diretrizes norteadoras para melhor compreensão do caso, trazemos a lume recomendações do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), dentre as quais ressaltamos a de que a pauta de uma assembleia geral “não deve incluir o item ‘outros assuntos’, para evitar que temas importantes não sejam revelados com a necessária antecedência”.

A cartilha de recomendações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre Governança Corporativa prevê que o edital de convocação de assembleias gerais deve conter descrição precisa dos assuntos a serem tratados para “facilitar a participação (...), assegurar a perfeita informação (...) sobre os assuntos a serem tratados em assembleia e permitir que o maior número possível de assuntos de interesse da companhia seja submetido à assembleia geral, evitando convocação de novas assembleias”. Essas práticas corroboram o entendimento de que o edital de convocação deve conter a pauta pormenorizada de assuntos específicos e não excludentes, para que não se desperdice a oportunidade de reunião dos membros.

No caso concreto, convocou-se assembleia geral ordinária e extraordinária, explicitando a pauta de deliberações que seriam tratadas no dia. Afirmar que as assembleias não po-

deriam ser realizadas em conjunto, ou que não estariam autorizadas a deliberar sobre nenhum outro assunto quando estivesse em pauta um tema de competência privativa, como a alteração do estatuto, seria ir de encontro ao princípio de economia processual de atos administrativos.


Ensina Luiz Rodrigues Wambier, no seu Curso Avançado de Processo Civil¹, sobre o princípio da economia processual, que este deve inspirar tanto o legislador como o operador do direito a obter o máximo rendimento com o mínimo de dispêndio. Diz o Código de Processo Civil, no seu art. 154, que “os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial”.

Teoria e prática

Buscando regras análogas na Lei nº 6.404/76 que disciplina as sociedades por ações, encontramos a distinção entre assembleia geral ordinária e extraordinária, sendo a primeira a que tem por objeto as matérias definidas no seu art. 132: tomada de contas, destinação do lucro e distribuição dos dividendos, eleição de administradores,

correção do capital social; e a segunda nos demais casos. O parágrafo único deste artigo expressamente autoriza que uma assembleia geral ordinária e outra extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, instrumentadas em ata única, hipótese exata do caso apresentado. O silêncio do Código Civil sobre esta possibilidade soa-nos como permissão tácita, confirmada pela analogia dos sistemas.

Quem vive a realidade das organizações sabe que envolver e garantir a participação dos associados em assembleias na maioria das vezes não é uma tarefa simples. Nos casos em que é intenção deliberar sobre pautas ordinárias e extraordinárias, o edital de convocação já prevê que serão as duas assembleias em conjunto, da qual, de praxe, se lavra uma única ata para registro. Não é, pois, razão formalmente expressa em lei – nem que seja interpretativa pela prática ou costume – que determine ser vedada a eleição de diretoria junto com a reforma do estatuto, por exemplo. Por força de lei, os estatutos sociais devem, sim, garantir a competência privativa da assembleia geral para destituir administradores e alterar o estatuto, as quais deverão ser decididas em assembleias que as visibilizem.

Exigir que exista uma assembleia para deliberar sobre temas ordinários e outra apenas para discutir alteração estatutária ou destituição de administradores poderia inviabilizar a realização de processos deliberativos, sendo provável, como consequência, o desmembramento da mesma reunião em dois editais, duas listas de presenças e duas atas, encarecendo os custos do registro de documentos e criando uma situação fictícia com a finalidade exclusiva de apaziguar entrave burocrático proposto pelo administrador do registro. Ao final, o cartório acatou nossa argumentação e arquivou os documentos societários como apresentado. 

(COLABORAM: MÁRCIA GOLFIERI, MARCELA MORAES E NATHALIA FODITSCH)

Laís Vanessa C. de Figueirêdo Lopes. Advogada e mestranda em direito na PUC/SP, professora de pós-graduação da Unisantos e do Senac/SP. Integrante da International Society for Third Sector Research (ISTR), do Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor (Neats – PUC/SP), das Comissões de Direito do Terceiro Setor e dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB/SP, além de conselheira suplente representante da OAB Federal no Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade).

¹ SÃO PAULO: EDITORA RT, 2000. 3ª ED.

Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



asplan

Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo • SP • Brasil
Fone: +55 11 5081-9800 / Fax +55 11 5081-9804 • www.asplan.com.br • comercial.sp@asplan.com.br

Organizações que utilizam Asplan:

Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bienal • Instituto HP • Fundação Diaconia

Administração de recursos: de olho no dinheiro público

Aprovação do Orçamento 2007 reforça tese de que é necessário criar mecanismos mais eficientes para fiscalizar a gestão e a aplicação dos recursos públicos

Luciano Guimarães

O aumento anual das verbas públicas direcionadas à área social e a incerteza sobre o verdadeiro caminho percorrido pelo dinheiro até o seu destino correto, conforme manda a lei, no atual panorama brasileiro, são os termômetros que mostram a urgência de se criar mecanismos mais eficazes de gerenciamento e fiscalização de recursos por parte dos entes envolvidos no processo. Tal movimento deve começar pelos próprios governos, passando pelas entidades assistenciais e chegando à sociedade.

Só para 2007, o orçamento da Assistência Social terá mais de R\$ 14,5 bilhões, como especificado na proposta do Orçamento 2007, enviada ao Congresso Nacional pelo Ministério do Planejamento. A quantia é quase 22% maior do que a disponível no Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) este ano – R\$ 11.969.940 –, e foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) durante reunião plenária realizada entre os dias 15 e 17 de agosto. A ratificação veio no dia 18, com a edição da Resolução nº 139.

O montante prova que dinheiro para realizações neste e em outros campos existe. Entretanto, ou é mal aplicado – por falta de gerenciamento eficaz – ou é desviado em parte para outros fins. São os casos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) – criada para melhorar a situação da saúde no Brasil, mas usada para amortizar juros da dívida –, e das fraudes de licitações de ambulâncias, de medicamentos e de merenda escolar (Máfia dos Sanguessugas), que movimentaram R\$ 110 milhões desde 2001.

Para tentar reverter esse quadro, não basta somente lutar por mais verbas, é necessário fiscalizar com afinco sua gestão e aplicabilidade. Um dos grandes desafios tanto dos gestores de

entidades filantrópicas quanto dos membros dos conselhos estaduais e municipais é evitar que a velha cultura dos inexplicáveis remanejamentos orçamentários ou dos vergonhosos episódios de corrupção possam colaborar para que o dinheiro se esvaia pelo ralo. O controle social do dinheiro público se inicia no acompanhamento de sua formulação e aprovação, com a participação ativa da sociedade na composição desses orçamentos.

A missão de todos os envolvidos no processo é tentar encontrar ferramentas mais aprimoradas para conter os desvios de verbas e conscientizar a sociedade sobre sua importância neste movimento. “São pouquíssimas as entidades que se desvirtuam e fazem mau uso do recurso público. Hoje, existem boas normas de controle e fiscalização, mas algumas necessitam de aprimoramento”, argumenta o contabilista, advogado e auditor Ricardo Monello, editor da **Revista Filantropia**.

Segundo ele, o que falta no Brasil é o cumprimento das normas já existentes, pois todos esperam maior transparência na aplicação dos recursos. “Com o avanço das práticas de gestão, incluindo o maior rigor no planejamento, orçamento e prestação de contas das ações das entidades sociais, se minimizaria alguns abusos existentes. A contabilidade, com base nas normas técnicas e legais, certificada por auditores independentes e a presença atuante de conselhos fiscais, pode contribuir para essa transparência”, avalia o especialista.

Por falar em conselhos fiscais, importantes para a observância do controle dos recursos público, também é possível destacar os conselhos de gestão de políticas públicas



Silvio Lung, presidente do CNAS: previsão orçamentária maior em 2007

no Brasil. São cerca de 27 mil conselhos paritários: (Conselhos de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Idoso etc.) e deliberativos (fiscalizam ações de diretorias de entidades, como clubes de futebol e associações etc.) espalhados por quase todos os municípios.

“Em sua grande maioria, esses conselhos estão esvaziados de poder. Mas eles preservam seu caráter de uma nova esfera pública de disputa pelas políticas. E podem ser revitalizados ou potencializados em sua função de controle social”, argumenta o sociólogo Silvio Caccia Bava, coordenador executivo do Instituto Polis, atual presidente da Associação Latinoamericana de Organizações de Promoción (Alop) e ex-presidente da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong).

Blindagem

O crescimento do volume de dinheiro disponível para a área social se dá também pela expansão da quantidade de ONGs. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que entre 1996 e 2002, o número de ONGs passou de 107 mil para 276 mil, o que significa um aumento de 157% no período. E ainda restam a ser computadas as entidades fundadas após o período abrangido pelo estudo.

Em função disto e de outros aspectos, a blindagem do dinheiro contra desvios e má gestão se tornou uma necessidade recorrente em um país de dimensões continentais e de cultura diversa. Dos mais de R\$ 14,5 bilhões do Orçamento 2007 para a área social, a maior parte – ou R\$ 13.532.684.032 – se destinará às despesas obrigatórias do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia. As chamadas despesas discricionárias,

Recursos propostos pelo Ministério do Planejamento para 2007

PROGRAMA	DIRECIONAMENTO	VALORES
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)	Ações sócio-educativas	R\$ 316.346.529
	Bolsa do Peti	R\$ 50.000.000
Serviço de Proteção Social Básica	Serviço Específicos de Proteção Social Básica* (piso básico de transição e piso básico variável)	R\$ 192.215.640
	Serviço de Proteção Social Básica às Famílias (piso básico fixo)	R\$ 191.764.800
	Concessão de bolsa para jovens em situação de vulnerabilidade	R\$ 87.598.000
	Estruturação da Rede de Proteção Social Básica	R\$ 3.000.000
	Serviços de processamento de dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Renda Mensal Vitalícia (RMV)	R\$ 12.557.960
	Serviços de concessão e revisão do BPC	R\$ 10.000.000
	Serviços de concessão e manutenção e cessação de bolsa a jovens de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade	R\$ 1.274.396


* Orçamento da creche transferido para o Ministério da Educação (MEC), na ordem de R\$ 200 milhões.

que são basicamente programas e serviços para os quais o CNAS trouxe indicativos, chegarão a R\$ 1.056.424.200 no Orçamento 2007, um pouco abaixo do registrado em 2006, de R\$ 1.139.459.450.

Esses recursos menores serão direcionados para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que promove ações sócio-educativas e distribui bolsas para as famílias carentes que mantêm suas crianças e adolescentes na escola, longe do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante. Ao todo, o Peti deve receber cerca de R\$ 366 milhões. As verbas servem também para bancar os Serviços de Proteção Social Básica que prevêem, entre outras ações, a concessão de bolsa para jovens em situação de vulnerabilidade.

“A parte dos recursos que chega aos municípios, e que não vem especificamente do repasse direto ao usuário, é justamente o dinheiro previsto como recurso discricionário,

e sua distribuição se dá de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, disciplinada pela Norma Operacional Básica (NOB/Suas)”, explica o presidente do CNAS, Silvio Lung.

O acompanhamento do trajeto do dinheiro até o caixa das entidades pode ser acompanhado graças à informação e à tecnologia. Os orçamentos e as contas públicas são publicados em diários oficiais, editais e até na internet. Dessa forma, qualquer entidade ou cidadão pode exercer seu direito de controle, colaborando para a formação de uma sociedade melhor. 

Onde acompanhar a aplicação do dinheiro público:

-  www.camara.gov.br
- www.portaltransparencia.gov.br
- www.tesouro.fazenda.gov.br
- www.comprasnet.gov.br
- www.contaspublicas.gov.br
- www.dinheiropublico.com.br
- www.transparencia.org.br



Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



7 pecados que atrapalham o cam

Rigéria Salado

Informação? Recursos financeiros? Capacitação da equipe de administração? Gestores qualificados? Idéias inovadoras? Ações bem planejadas? O que será que falta para que uma entidade ligada ao setor social consiga cumprir seus objetivos, receber o apoio e o voto de confiança dos parceiros e da população atendida, ser reconhecida por seu trabalho de qualidade, ampliar seus projetos e ter um plano gestor exemplar?

Essas são perguntas muito freqüentes entre todos os envolvidos com ações solidárias tanto no Brasil quanto em outros países, principalmente agora, na era da revolução social em que vivemos.

É senso comum, entretanto, que ingredientes como profissionalismo, ética, transparência, respeito, responsabilidade e criatividade não devem faltar de maneira alguma na receita da missão de uma

organização e, tampouco, no preparo dos programas e na apresentação das atividades aos interessados. Com mais de 276 mil entidades sem fins lucrativos em atividade espalhadas por todas as regiões brasileiras, segundo o IBGE, somente devem permanecer exercendo suas funções as organizações que primarem pela qualidade – um processo de seleção natural.

Após cinco anos acompanhando experiências ligadas ao Terceiro Setor, a equipe de profissionais e conselheiros da **Revista Filantropia** chegou a uma lista de falhas que podem ser as responsáveis pelo fracasso de muitas ações sociais no país. Para que o número de projetos de sucesso aumente, é preciso eliminar os sete pecados do Terceiro Setor: arcaísmo, digressão, sofisma, inércia, amadorismo, prepotência e anonimato. Mas como isso é possível?



ARCAÍSMO

A evolução dos tempos

Adaptação. Essa é a ferramenta mais eficaz contra o arcaísmo, bastante presente no setor social atualmente. Muitas entidades, principalmente as mais antigas ou tradicionais, têm receio de seguir idéias inovadoras para não se descaracterizarem frente aos parceiros e ao público. No entanto, o fato de não se modernizarem, não evoluírem e manterem a mesma estrutura física ou de gestão por muitos anos, às vezes desde a fundação, pode comprometer suas ações.

As idéias do cientista Charles Darwin em sua Teoria da Evolução, desenvolvida no século 19, podem ser transpostas para o Terceiro Setor com base no Darwinismo Social, que favorece a compreensão de que o que caracteriza a sobrevivência de uma espécie não é a força e o poder, e sim a sua capacidade de adaptação.

Seguindo essa linha de pensamento, Rodrigo Baggio, diretor executivo do Comitê para a Democratização da Informática (CDI), diz que “é necessário adaptar-se sem perder valores e princípios diretamente ligados às suas missões. Somente sobrevivem as ONGs que conseguem se adaptar com planejamento, eficiência, qualidade e medição de resultados”. E completa: “É bom investir em consultorias na área de gestão, ter transparência, auditoria, balanço social, sistematizar projetos e estabelecer redes de colaboração. As tecnologias da informação e comunicação também são ferramentas muito importantes para a evolução das ONGs por meio de bancos de dados, sites, malas-diretas, comunicados, newsletters etc. Precisamos nos apropriar mais dessas ferramentas”.

A Associação Saúde Criança Renascer, com sede no Rio de Janeiro, tem um trabalho de

reestruturação familiar com famílias e crianças atendidas pelo Hospital da Lagoa, atuando em cinco áreas: saúde, moradia, renda, educação e cidadania. E, para driblar o arcaísmo, “a equipe do Renascer participa sempre de workshops, fóruns, cursos de capacitação e encontros, a fim de estar sempre informada sobre o setor cidadão. Aplicamos esses conhecimentos em ferramentas como bancos de dados, capacitação de voluntários, planilhas de análise e resultados”, conta Maibi Rodrigues, coordenadora de comunicação da entidade.

Mariana Velloso, coordenadora de captação da mesma associação, dá sugestões para que outras organizações também eliminem esta falha: “É importante estar apto e aberto para mudanças, acompanhar a modernização tecnológica, social e governamental e não perder seu objetivo principal, a causa”.

Rodrigo Baggio

“Gestão profissional, planejamento estratégico, capacitação das equipes e avaliação de desempenho são alguns dos requisitos fundamentais, hoje, para que as organizações não-governamentais assegurem o compromisso de expor, debater e encaminhar, de forma eficiente, as grandes questões da área social, sem abrir mão de seus valores, objetivos e singularidades. Cada vez mais, no mundo todo, as ONGs vão ocupando importantes espaços de ação e discussão e têm como desafios, agora, a utilização criteriosa de ferramentas geren-

ciais modernas e a busca de sustentabilidade por meio de novos meios em contraponto à tradicional dependência de governos e de agências financiadoras internacionais. É necessário, portanto, que encontrem um modelo de intervenção social eficaz e, ao mesmo tempo, adequado ao seu perfil de atuação, além de parceiros dispostos a investir em mudanças. No caso da Rede CDI, temos um mantra que sintetiza o caminho que escolhemos construir: qualidade, resultados e ternura.”

Empreendedor social, fundador e diretor executivo do CDI

caados inho do Terceiro Setor



DIGRESSÃO

Na mira certa

Para tudo na vida necessitamos de um objetivo, uma direção, um foco. É muito difícil conseguirmos alcançar metas sem antes termos estabelecido algum plano diretor que nos guie para aquele ideal e por aquelas idéias.

Com o setor social ocorre o mesmo. Sem um foco, a entidade acaba cometendo o pecado da digressão, quando se distancia das suas questões inicialmente defendidas. Passa a atuar em várias áreas e, muitas vezes, acaba comprometendo a sua própria identidade por não ser fiel à sua missão e visão.

“Para que o projeto se viabilize e atenda aos seus objetivos, antes de tudo a missão tem de estar clara. Muitas vezes a entidade acha que sua missão está clara, mas não está, e aí começam os problemas”, conta Tatiana Piccardi, co-fundadora

e vice-presidente da Associação Helena Piccardi de Andrade Silva (AHPAS), entidade de São Paulo especializada em oferecer transporte gratuito a crianças e adolescentes carentes em tratamento contra o câncer. Esse serviço garante a continuidade do tratamento e aumenta as chances de cura dos pacientes, preservados pelo desgaste da locomoção e com reserva de disposição e energia. Nesse caso, o foco é bem claro. “A idéia, como se vê, é simples e pontual. Essa é a ação central da AHPAS, sua razão de ser”, completa.

A criação de ações dispersas, que não estão relacionadas à área de atuação da organização em questão, pode desestabilizar as relações com os parceiros, além de prejudicar a realização de atividades e projetos sociais. A digressão é detectada quando a prioridade da entidade não é mais a razão para a qual ela foi criada, quando há incoerência entre as atividades complementares

da organização e a sua atividade principal, ou quando os recursos humanos estão sobrecarregados de outras atividades que não fazem parte das finalidades principais da organização.

Para a advogada e especialista em Terceiro Setor, Laís de Figueirêdo Lopes, “a falta de foco pulveriza competências, segmenta as ações e enfraquece a identidade da organização. Com isso o desenvolvimento das atividades fica prejudicado, especialmente pela dispersão de recursos”. Entretanto, pode-se evitar que uma entidade cometa tal erro “afunilando a missão da organização, definindo o foco por escrito e o utilizando como parâmetro para a tomada de decisões. Ferramentas de planejamento estratégico, monitoramento e avaliação das atividades, quando incorporadas na cultura institucional, também contribuem para evitar a digressão”, explica Laís Lopes.

Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo Lopes

“Como uma máquina fotográfica requer FOCO para captar uma boa imagem, uma organização do Terceiro Setor requer FOCO para alcançar maior impacto em suas ações sociais. Nesse sentido, é clara a necessidade de que todos se apropriem da missão, visão, história e recursos disponíveis na organização, para que se concentrem e se mantenham no FOCO, daí a enorme importância do planejamento estratégico. A digressão ou a falta de FOCO pulveriza competências, segmenta as ações e enfraquece a identidade da entidade. É comum que a organização queira ‘abraçar’ o mundo e argumentar que tudo faz parte de sua área de atuação. Porém, cada vez que sai do seu FOCO, ela entrega parte de suas competências para ações outras e fragmenta o seu crescimento. A solução, creio, é criar uma matriz

estratégica de projetos com base em perguntas chaves ligadas ao FOCO: o quê?; por quê?; para quem?; e como?. Contudo, essas questões não devem aprisionar a organização e, sim, orientá-la para a tomada de decisões. São pressupostos, pois, para quem atua no setor social. Ter FOCO é essencial para manter a identidade da organização, estabelecer parcerias com públicos de interesse e otimizar os seus recursos para garantir a sua sustentabilidade.”

Advogada e integrante do Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor



SOFISMA

Transparente por dentro e por fora

Quando se pergunta para parceiros, população atendida, voluntários, público em geral e até para funcionários o que eles gostariam de ver em uma organização social séria e de respeito, na maioria dos casos a resposta é uma só: transparência em suas ações.

A prestação fiel de contas é a responsável por dar credibilidade à entidade e aos seus gestores, além de arrecadar votos de confiança e intenções de apoio material, financeiro e ideológico. É a partir do cumprimento dessa exigência que se pode avaliar a idoneidade de todos os envolvidos com a causa.

Por definição, a palavra sofisma (do grego *sôphisma*, do latim *sophisma*) – que significa raciocínio capcioso, feito com intenção de enganar; argumento ou raciocínio falso, com alguma aparência de verdade – teve origem no século 14 em meio às discussões dos filósofos da época. No entanto, esse conceito continua muito atual e pode ser aplicado perfeitamente ao Terceiro Setor quando encontramos casos de entidades que apresentam ausência de transparência e falsidade nas parcerias e projetos, não dizem a verdade e escondem erros ou pontos negativos.

“Entidades que não possuem maior nível de controle, tais como conselho fiscal e/ou auditoria independente, são mais vulneráveis ao

sofisma”, aponta o advogado Ricardo Monello. Ele também destaca que “diversos problemas podem advir dessas situações, sejam eles de ordem social (projetos), econômica, contábil, captação de recursos e manutenção das atividades, sem mencionar os reflexos jurídico-judiciais”.

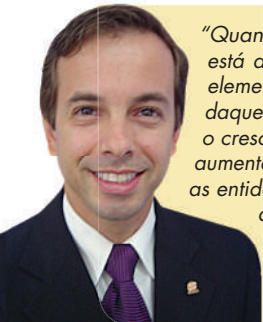
No entanto, é possível coibir esse erro, como acontece com a ONG Gotas de Flor com Amor, localizada na capital paulista. “Sempre procuramos ter uma clareza nas ações e chamar o parceiro para conhecer a organização e acompanhar seu desenvolvimento de perto. Abrimos nossas contas, mostramos o que de fato somos”, enfatiza Denise Robles, presidente da organização. E quanto ao setor social, revela que “somente com essa clareza conseguiremos o vínculo de confiança

necessário para que as parcerias se sedimentem e um parceiro envolvido acaba futuramente trazendo toda a sua rede de parcerias, formando alianças estratégicas que são sempre muito importantes para as organizações sociais”.

Hoje, muitas associações filantrópicas já se preocupam com a transparência de suas ações e utilizam vários canais, como eventos, publicações, sites, entre outros, para divulgar os resultados de seus balanços sociais. Para garantir essa postura

ética, “todo gestor do Terceiro Setor deve agir com muito zelo e probidade administrativa, que deverá ser adotada como cultura da entidade, envolvendo todos os membros, colaboradores e voluntários”, acrescenta Monello.

Ricardo Roberto Monello



“Quando se confere o pecado do sofisma à entidade, se está atribuindo que a falta de transparência encontrada é elemento de falsidade ou subterfúgio para algum fim diverso daquele que a entidade ou seus projetos estabeleceram. Com o crescimento do Terceiro Setor, o avanço das parcerias e o aumento do controle social e estatal das atividades realizadas, as entidades estão sujeitas às novas formas de demonstrar as ações desenvolvidas. Portanto, é fundamental aprimorar a divulgação dos projetos e recursos utilizados. Diversas entidades não dedicam às áreas contábil e administrativa o empenho necessário para que se

possam produzir informações mais confiáveis, precisas e transparentes. Infelizmente, também podemos encontrar no setor social pessoas que utilizam meios e entidades com fins diversos para obtenção de recursos públicos ou privados como, por exemplo, doações recebidas e não registradas, atividades comerciais que não transitam pela contabilidade e compras sem notas fiscais. Vejo que as entidades ficam mais sujeitas ao pecado do sofisma à medida que não fortalecem seus processos de gestão e controle administrativo e social, entre outras ações que se esperam de uma boa administração.”

Advogado e membro da Comissão de Direito do Terceiro Setor – OAB/SP



INÉRCIA

Caminhando e seguindo a missão

Geralmente, quando pensamos em inércia, lembramos da Primeira Lei de Newton que diz: “Todo corpo tende a continuar em seu estado de repouso, ou de movimento uniforme em uma linha reta, a menos que seja obrigado a mudar esse estado por forças impressas sobre ele”. Fazendo uma analogia com este princípio da física, podemos perceber que as entidades sociais que cometem a inércia são aquelas que correm atrás de parcerias, têm idéias e tentam se movimentar de alguma forma, mas por algum motivo não conseguem colocar seus projetos em prática ou, até mesmo, não atingem seus objetivos.

A inércia, no entanto, pode ser classificada em virtude e pecado, segundo Ader Alves de Assis Jr., gerente de marketing e mobilização de recursos do Fundo Cristão para Crianças: O essencial para tornar a inércia uma virtude é ter foco e não se desviar dele por outras necessidades que aparecem ao longo do trabalho. E pode se tornar um pecado quando a organização está

desconectada da tecnologia social praticada pelo mercado. Isso a torna incapaz de desenvolver e implementar seus objetivos na prática”.

O Serviço Assistencial Médico Alimentar (Sama) funciona desde 1969 em Bragança Paulista, interior de São Paulo, e atua como abrigo para crianças e adolescentes encaminhadas pelo Conselho Tutelar e Juizado da Infância e Juventude local. Ao longo desses anos, a entidade conseguiu superar a inércia com muita capacitação, muitos erros, uma boa equipe de funcionários e muita, mas muita energia. Não é fácil fazer monitoramento de todos os projetos, cadastramento e acompanhamento de voluntários e estagiários e, além disso, sempre buscar novas parcerias”, conta Cláudia Guimaro, gestora do abrigo.

A Associação Evangélica Viúvas do Brasil já conta com sete anos de trabalhos em prol de viúvas carentes em Anápolis (GO) e possui bastante dinamismo em suas atividades, pois nem bem coloca seus projetos no papel e já os põe em prática. “Estamos sempre inventando algo, querendo mais e o melhor para as nossas

beneficiárias. Antes mesmo do nosso Condomínio de Anápolis estar pronto, e como ele está caminhando bem, já estamos pensando com muito empenho em outros em Caldas Novas e Goiânia. Perseguimos o crescimento em quantidade e em qualidade, sempre, diz Doralice Ferreira Ramos, presidente da organização, referindo-se ao novo projeto da associação que é a construção de 40 casas para viúvas carentes. A previsão é de que o condomínio fique pronto no final de 2007.

Para Ader Alves Jr. a inércia completa, catalepsia, ocorre quando não há um link real entre a missão organizacional e os objetivos dos atores envolvidos nas ações e atividades estratégicas, e a inércia parcial, letargia, compromete o todo, porque além da perda de visão e foco dentro da organização, podemos identificar vários grupos de indivíduos trabalhando isoladamente.

“Tentamos combater a inércia por duas vertentes: de fora para dentro, que os são cursos e a capacitações de pessoal qualificado; e de dentro para fora, por meio da análise institucional, com o objetivo de reescrever a sua história”, afirma Thelma Pascucci Ferrão, psicóloga do Sama.

Ader Alves de Assis Jr.



“Podemos destacar três características da física que também são inerentes à realidade das entidades sociais no que se refere à inércia: movimento, retilinearidade e uniformidade. Um planejamento estratégico norteador, construído diante dos aspectos positivos, projeta a entidade social para frente em oposição aos aspectos negativos que a mantêm em repouso. No Terceiro Setor, atualmente, o movimento retilíneo, ou seja, o deslocamento em linha reta, dá lugar ao movimento reticular devido à importância da articulação em rede. É fundamental ligar-se a outros pontos por meio de parcerias institucionais bem pensadas em termos de valores, missão, objetivos programáticos,

perspectivas de sustentabilidade financeira e política. Já a uniformidade nas entidades sociais pode ser observada pela constância do seu movimento e pode ser prejudicial ou benéfica, dependendo da situação na qual se materializa. A inércia é um pecado para uma entidade social apenas quando representa a perda da sensibilidade e de reação ao estímulo externo ou à força que sobre ela incide. Nosso grande desafio é evitar esses momentos, nos quais a capacidade de resposta é reduzida ou nula quando, conseqüentemente, afeta a dinâmica de movimento da entidade.” (COLABOROU: RAFAEL JACQUES RODRIGUES)

Gerente de marketing e mobilização de recursos do Fundo Cristão para Crianças

AMADORISMO



Profissionalismo é tudo

Por meio da capacitação dos funcionários e da equipe de gestores, da articulação em rede, de um planejamento estratégico bem definido e de projetos bem delineados atrelados à missão da entidade, pode-se garantir qualidade integral em todas as relações com parceiros, voluntários, colaboradores e público atendido, o que é imprescindível para o tão almejado profissionalismo social.

Hoje, o setor social tenta se profissionalizar cada vez mais na busca pela credibilidade e sustentabilidade. Está se tornando freqüente a participação de representantes de ONGs em workshops, cursos e eventos empresariais com o intuito de promover a troca de experiência, a cooperação e a divulgação de suas ações, além de obter o conhecimento necessário para a gestão dos negócios filantrópicos. Assim como as empresas devem fazer para se manterem vivas no mercado, as instituições precisam buscar no profissionalismo de suas ações a sua sobrevivência”, destaca Êmerson Dátilo,

CEO da Synergia Consultoria e Assessoria para o Terceiro Setor, que completa: “Quando se busca um parceiro para apoiar uma causa, é essencial mostrar a ele que a instituição está sendo administrada como uma empresa”.

Em Limeira, estado de São Paulo, a Associação de Reabilitação Infantil Limeirense (Aril) trabalha realmente como uma empresa do setor social. Atende 520 crianças com deficiência mental e física associadas e conta com 133 funcionários, além de mais 20 profissionais cedidos pelos governos municipal e estadual. Tem um sistema de gestão baseado na norma ISO 9001:2000, que contempla como foco principal a necessidade dos usuários e depois quais os requisitos necessários para o melhor desempenho profissional. Além disso, valorizam as doações como investimentos e até criaram o selo Empresa Socialmente Responsável Amiga da Aril.

No combate ao amadorismo, a entidade desenvolveu, ao longo de dez anos, uma lista de oito itens indicada para diretores, administradores e funcionários:

1. Entenda que a entidade é uma empresa como qualquer outra, apenas o seu compromisso é social.
2. Defina a missão da instituição: o motivo da sua existência.
3. Defina a visão: saiba aonde se quer chegar a longo prazo.
4. Defina a política da qualidade: os compromissos com as partes interessadas.
5. Estabeleça a previsão orçamentária.
6. Crie ações de curto, médio e longo prazo.
7. Delegue funções, acredite na equipe.
8. Pesquise, visite, conheça outras instituições.

Para Adalberto Gaib, administrador da Aril, o profissionalismo é fundamental para o Terceiro Setor. “Se uma empresa falir, o prejuízo é para o proprietário. Mas se uma entidade “quebrar”, o prejuízo é da comunidade atendida. Então, o nosso compromisso com a parte interessada, que é a comunidade, passa a ser de muita responsabilidade. Diante disso, vejo que somos obrigados a sermos os melhores administradores de empresas”, explica.

Êmerson Dátilo

“Este pecado é um dos mais cometidos pelas instituições, e essa pratica é sempre em decorrência da falta de recursos financeiros por que passam as mesmas. Essa falta de recursos leva ainda quase todas as instituições a se valerem de algumas alternativas, por exemplo: uma pessoa executa seu trabalho até determinado horário, após o qual, ela passa a fazer ligações telefônicas, solicitando ajuda financeira para pessoas físicas ou jurídicas. Por mais que tente, ela não tem a expertise necessária para o trabalho e, desta maneira, pode perder apoiadores em potencial. Outra alternativa consiste muitas vezes em chamar um grupo de voluntários, sendo um deles o coordenador, e criar um departamento. Em todos os

casos, o amadorismo apresentará resultados insatisfatórios e, o que é mais sério, poderá ‘manchar’ a imagem da instituição junto à sociedade. O que muitas vezes os dirigentes não entendem é que a contratação de um profissional para a implantação de uma central de doações, por exemplo, não saíra da receita da instituição. O próprio departamento é capaz de se auto-sustentar e trazer os recursos para a manutenção e a ampliação das atividades desenvolvidas. Aí sim os voluntários terão condições de executarem aquilo que de melhor sabem fazer, servir ao próximo com responsabilidade.”

CEO da Synergia Consultoria e Assessoria para o Terceiro Setor

PREPOTÊNCIA

A união faz a força

No afã de querer resolver todos os problemas ao mesmo tempo, muitas entidades tentam abraçar o mundo, incluindo em suas rotinas diversas atividades que, muitas vezes, não estão relacionadas às suas missões. Com isso, acabam criando projetos sem profundidade e consistência, o que prejudica a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

De maneira geral, isso pode ser consequência do fato dessas mesmas entidades acharem que são as melhores em suas áreas de atuação e

que não precisam de sugestões ou críticas para desenvolver tais programas filantrópicos.

No entanto, há quem destaque que as críticas são importantes para o aprimoramento do setor social. A Instituição Assistencial e Educacional Amélia Rodrigues entende que as críticas sempre ajudam e aceitá-las é uma demonstração de humildade. Toda crítica produz um aprendizado”, afirma Celso de Oliveira Ramos, secretário-geral da organização, que oferece assistência educacional, odontológica, médica e psicológica às crianças e seus familiares

de núcleos carentes de Santo André, na grande São Paulo, há 20 anos.

Zélia Therezinha Lopes Mimesse, vice-presidente das Casas André Luiz, acredita que “a prepotência com a centralização do poder enfraquece o todo, que se fragmenta e pode comprometer inteiramente o ideal”. E ainda complementa: “Evidentemente que, achar que é a melhor em suas atividades já é um erro crasso. Nenhum parceiro ou cliente aceita presunções egoístas. Devemos agir compreendendo-nos, dando-nos as mãos, já que trabalhamos pelo

mesmo ideal, aceitando as diferenças na necessária troca de experiências”.

Segundo Francílio Dourado Filho, diretor de administração e marketing da Casa da Esperança, de Fortaleza (CE) – entidade que é referência no atendimento a pessoas com autismo e outros transtornos

de desenvolvimento e considerada uma das maiores instituições do mundo na sua área de atuação –, para evitar a prepotência, “um bom caminho é o da construção de redes de entidades afins, de modo a permitir o abraçar o mundo de forma mais solidária. Hoje, a Casa está presente em diversos estados do

país, pela replicação de seu modelo por entidades parceiras”, conta.

Em busca contra a prepotência social, “o importante foi nos conscientizarmos de que embora não conseguirmos resolver todos os problemas da comunidade, buscamos fazer o nosso máximo”, ressalta Celso Ramos.

Zélia Therezinha Lopes Mimesse

“A prepotência, fruto do orgulho e do egoísmo, decorre do patamar evolutivo do ser humano. Toda conquista de caráter é conquista espiritual, que demanda tempo, capacidade de elaboração mental inerente e diferente para cada criatura em particular. Dentre os inúmeros vícios que poluem e impedem a construção do ser integral de forma holística, a prepotência destaca-se como uma mancha negra na constituição da mente e na economia espiritual do homem. Esse homem terrestre, que ainda engatinha no viés do tempo, que levanta, tropeça e torna a se erguer no esforço supremo de alcançar altiplanos, demora-se ainda nos vícios em que se compraz, dos quais, na maioria das vezes, nem se apercebe. Da incapacidade de exercer o auto-conhecimento, sem discernimento para afastar personalismos inócuos, a criatura humana

que faz a sua caminhada num círculo fechado fatalmente se tornará um déspota, um prepotente. A mente aberta para novas vivências, a aceitação do próximo, a assimilação de idéias novas que continuamente se apresentam ao homem. Essa é uma fórmula eficaz para não cair na prepotência. Quando a criatura humana dotar-se da compreensão necessária, eivada da aceitação que a acompanha, descobrirá no imo de seu ser que a transitoriedade da vida em busca da evolução não autoriza nunca exercer a prepotência, o mais alto grau do orgulho e do egoísmo.”

Vice-presidente das Casas André Luiz



ANONIMATO

Missão, comunicação, divulgação, visão

Todo mundo sabe que a propaganda é a alma do negócio.

E com o negócio social não é diferente. Sem um plano de comunicação bem feito, a entidade pode enfrentar dificuldades para apresentar seus projetos e captar mais aliados e parceiros. A divulgação certa e nos veículos corretos pode proporcionar maior visibilidade para a organização social, ao passo que, com sua ausência, a entidade fica despercebida entre as demais centenas de milhares em atividade que existem no Brasil.

Para Francisco Neto de Assis, presidente da Aliança Brasileira pela Doação de Órgãos e Tecidos (Adote), com sede em Pelotas (RS), manter boas relações com os meios de divulgação, fornecendo dados e informações precisas e verdadeiras para ganhar confiança e credibilidade,

são componentes fundamentais no combate ao anonimato. Com projetos sérios e auxílio da comunicação por meio de um site muito bem estruturado e de um disque transplante, a entidade já conseguiu o apoio de cem associados, que ajudam em sua sustentabilidade.

É preciso lembrar que “a comunicação sempre foi, é e sempre será o melhor meio de dar visibilidade e credibilidade a um projeto social e, conseqüentemente, isso ajuda na captação de recursos”, destaca Márcio Zeppelini, consultor em comunicação para o Terceiro Setor e editor da **Revista Filantropia**.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, “o ideal é que a organização primeiro desenvolva seu plano de marketing e comunicação e depois estabeleça as parcerias, porque visibilidade ajuda, mas não sustenta nada”, afirma Fernando Credidio, consultor organizacional em Terceiro Setor e presidente

do conselho de direção da ONG Parceiros da Vida. Ele explica como é a estrutura de comunicação da entidade: “As ferramentas que utilizamos são as mesmas disponíveis para as empresas, ou seja: assessoria de imprensa, publicidade e propaganda, relações públicas e marketing de relacionamento, entre outras. O que fazemos é integrá-las, estrategicamente, em um plano de comunicação bem estruturado”.

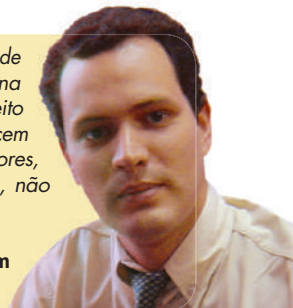
E nem sempre é necessário muito dinheiro para a elaboração de projetos de comunicação de sucesso. É possível firmar parcerias com agências de comunicação que prestam serviços gratuitamente para o Terceiro Setor, contar com o apoio de profissionais voluntários ou, ainda, estagiários. Segundo Credidio, são necessários apenas dois ingredientes para a boa divulgação de uma entidade: “seriedade e uma marca forte”.

Márcio Zeppelini

“Uma organização social deve ter visibilidade para que se conquiste credibilidade no meio em que atua. Uma entidade que se comunica tem melhores chances de conquistar um doador ou um voluntário e, conseqüentemente, influenciar positivamente na captação de recursos. Exatamente como no setor empresarial, ou seja, no Segundo Setor, as instituições sociais – o Terceiro Setor – devem criar uma identidade junto à comunidade onde atua, bem como a todos os públicos a quem se dedica diariamente. Isso se dará por uma comunicação planejada. Poderá ser por meio de materiais impressos, campanhas publicitárias, pela internet e outros tipos de divulgação. As organizações do Terceiro Setor, assim como as empresas, necessitam firmar sua

marca junto ao seu público potencial. Precisa ter visibilidade para conseguir cativar adeptos e marcar presença na comunidade onde atua. Isso traz credibilidade e respeito ao trabalho. É necessário que as entidades sociais tracem um plano de comunicação junto aos potenciais doadores, patrocinadores e colaboradores em geral e, assim, não cometerem o fatal pecado do anonimato.”

Editor da Revista Filantropia e Consultor em Comunicação para o Terceiro Setor



Links

www.adote.org.br
www.ahpas.org.br
www.andreluiz.org.br
www.ameliarodrigues.org.br
www.aril.com.br

www.casadaesperanca.org
www.cdi.org.br
www.criancarenascer.org.br
www.fundocristao.org.br
www.gotasdeflor.org.br

www.parceirosdavid.org
www.revistafilantropia.com.br
www.synergiaconsult.com.br
www.viuvas.org.br

Calendário contábil 2006

NOVEMBRO

DIA	OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR
3	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência outubro/06 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) - 1ª via	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em outubro/06
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de outubro/06
8	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em setembro/06
	Dacon Mensal	Prazo de entrega da Dacon das Pessoas Jurídicas obrigadas à entrega da DCTF mensal, referente a setembro/06 (IN SRF 669/2006)
10	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em outubro/06
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência outubro/06, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
14	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30/10/06
	Cofins - código: 2172	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em outubro/06
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em outubro/06
16	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência outubro/06, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
30	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/11/06
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em setembro/06
	Contribuição Sindical	Recolhimento da Contribuição Sindical descontada de empregados em outubro/06
	13º salário	Pagamento da 1ª parcela referente ao 13º salário de 2006
	Declaração Anual de Isentos	Entrega da Declaração Anual de Isento pelas pessoas físicas que receberam rendimentos tributáveis, no ano de 2005, cuja soma foi inferior ou igual a R\$ 13.968, desde que não estejam inseridas nas demais condições que as obriguem à Declaração de Ajuste Anual, como a participação em empresas

DEZEMBRO

DIA	OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR
4	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência novembro/06 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged) - 1ª via	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em novembro/06
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de novembro/06
	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela Internet, sem multa referente a outubro de 2006.
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em novembro/06
15	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência novembro/06, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30/11/06
	Cofins - código: 2172	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em novembro/06
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em novembro/06
20	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência novembro/06, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	13º salário	Pagamento da 2ª parcela referente ao 13º salário de 2006
29	Previdência Social (INSS)	Recolhimento do INSS referente ao 13º salário de 2006
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/12/06
	Contribuição Sindical	Recolhimento da Contribuição Sindical descontada de empregados em novembro/06
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em outubro/06

TABELAS PRÁTICAS

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (INSS)

1 - Segurado : empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso

Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF
de	até		
-	R\$ 840,47	7,65%	8%
R\$ 840,48	R\$ 1.050	8,65%	9%
R\$ 1.050,01	R\$ 1.400,77	9%	9%
R\$ 1.400,78	R\$ 2.801,56	11%	11%

2 - Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)

Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
de	até	empregado	empregador	total
-	R\$ 840,47	7,65%	12%	19,65%
R\$ 840,48	R\$ 1.050	8,65%	12%	20,65%
R\$ 1.050,01	R\$ 1.400,77	9%	12%	21%
R\$ 1.400,78	R\$ 2.801,56	11%	12%	23%

3 - Segurado: contribuinte individual e facultativo

A partir da competência abril/03, para os segurados contribuinte (individual e facultativo) o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição

4 - Salário Mínimo

Período	Valor
abril/02 a março/03	R\$ 200
abril/03 a abril/04	R\$ 240
maio/04 a abril/05	R\$ 260
maio/05 a março/06	R\$ 300
a partir de abril/06	R\$ 350

5 - Salário Família

Remuneração	Valor
até R\$ 435,52	R\$ 22,33
de R\$ 435,52 até R\$ 654,61	R\$ 15,74

IR - Fonte e Carnê Leão (2006)

Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
até R\$ 1.257,12		isento
acima de R\$ 1.257,13 até R\$ 2.512,08	15%	R\$ 188,57
acima de R\$ 2.512,08	27,50%	R\$ 502,58

* Tabelas sujeitas a alterações.

Deduções admitidas:

- Por dependente, o valor de R\$ 126,36 por mês.
- Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.257,12 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade.
- As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais.
- As contribuições para a Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

- Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas.
- Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

Revista moderada de funcionários

O Ministro Alberto Bressiani, da Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), isentou uma empresa paranaense do pagamento de indenização por dano moral ao entender que a revista moderada de bolsas e sacolas de empregados não corresponde a um ato ilícito. A legislação garante esse controle ao empregador, como forma de proteger o patrimônio da empresa. Porém, há limites à atuação patronal, como é o caso do art. 373-A da CLT, que proíbe a revista íntima nas empregadas.

www.tst.gov.br



LEANDRA BARROS MENDONÇA

Exclusão de ISS da Cofins

Como o Supremo Tribunal Federal (STF) está julgando a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo da Cofins, por analogia surgiu a discussão a respeito da inclusão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQ), tributo municipal, na base de cálculo do PIS e da Cofins. Segundo cálculo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), se a nova tese for aceita na Justiça e todos os contribuintes de ISS apelarem ao Judiciário e saírem vitoriosos, o governo federal terá de devolver até R\$ 1,74 bilhão.

www.stf.gov.br
www.ibpt.com.br

Verbas de Santa Casa penhoradas

As verbas da Santa Casa de Misericórdia de Birigui, interior de São Paulo, devem ser penhoradas para quitação de dívida trabalhista. A decisão é da 5ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP). O pedido de penhora partiu de um ex-empregado e foi acolhido pelo juiz da Vara do Trabalho de Birigüi. A Santa Casa ainda alegou que, devido à penhora, não poderia pagar o salário dos demais empregados, médicos, fornecedores e prestadores de serviços, mas para o juiz não ficou comprovado que a penhora prejudicaria os futuros pagamentos. A decisão ainda cabe recurso.

www.trt15.gov.br

NOB/Suas: Pacto em gestão

A Comissão Intergestores Tripartite (CIT), de acordo com suas competências estabelecidas na Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB/Suas), instituiu o Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e do Distrito Federal no contexto do Suas e constitui a celebração de compromissos entre o gestor estadual e do Distrito Federal com o gestor federal, visando a adequação dos órgãos executivos ao pleno exercício da gestão da assistência social no seu âmbito de competência. A celebração do pacto se dará de dois em dois anos, no primeiro e no terceiro ano de mandato do governo estadual e do Distrito Federal.

www.saude.sp.gov.br

Aposentadoria e extinção do contrato de trabalho

O Supremo Tribunal Federal (STF) entende que a aposentadoria do empregado, por ser decorrente de uma relação deste com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), não importa na extinção do contrato de trabalho. O empregador não se exime de alcançar ao trabalhador as verbas oriundas da rescisão, tais como indenização correspondente ao aviso prévio e acréscimo de 40% sobre os depósitos de FGTS. A despedida arbitrária ou sem justa causa sem indenização viola a própria Constituição.

www.stf.gov.br



DLE BRATLAND & GIBELE JARDENOD

Cadastro de contas para bloqueio

Em razão das inúmeras reclamações trabalhistas para que ocorra o bloqueio do dinheiro na conta dos executados, facilitando assim o recebimento da quantia devida, a Corregedoria da Justiça do Trabalho optou por aceitar que os empregadores indiquem contas específicas para sofrerem o bloqueio judicial. Essa medida é de extrema importância, a fim de se evitar, por exemplo, que várias contas sejam bloqueadas ao mesmo tempo, ante a ausência de comunicação entre as mesmas. Assim, as entidades devem utilizar tal facilidade para também cadastrarem sua conta, a fim de evitar bloqueios diversos.

www.tst.gov.br



WELITON S LIMA

Alterados dispositivos sobre o Ceas

O decreto nº 5.895/2006 altera os parágrafos 4º e 17 a 24 do art. 3º do decreto nº 2.536/98 – que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas). O parágrafo 19, por exemplo, prevê que o recurso despendido pela entidade de saúde no projeto de apoio não poderá ser inferior ao valor da isenção das contribuições sociais usufruída. Já o parágrafo 24 fixa que o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com o apoio dos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, avaliará a correspondência entre o valor da isenção e o valor dos recursos despendidos pela instituição de saúde, com base na análise do custo contábil de cada projeto, considerando os valores de investimento e os componentes diretos e indiretos do referido custo.

www.planalto.gov.br

IR: arquivo em CD-ROM

Prevenir é a melhor saída para evitar surpresas, principalmente quando o assunto é o Fisco. Os contribuintes podem arquivar os documentos do Imposto de Renda em CD-ROM, uma vez que não existe, na legislação do IR, norma específica que discipline o arquivamento de documentos neste sistema digital. A Receita Federal, por exemplo, admite que os documentos de interesse da fiscalização de tributos federais sejam exibidos sob a forma de cópias obtidas a partir do processo de microfilmagem. Mais atenção: os originais (em papel) devem ser guardados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

www.receita.fazenda.gov.br



Oscips: isenção de tarifas bancárias

As organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) poderão ficar isentas do pagamento de tarifas bancárias, caso o Projeto de Lei nº 6.878/06, do deputado Adelor Vieira (PMDB-SC), que tramita na Câmara Federal, seja aprovado. A proposta altera a Lei do Terceiro Setor (nº 9.790/99). Pelo projeto, a organização perde o direito à isenção se a qualificação como Oscip for suspensa. O autor da matéria acredita que as Oscips são oneradas indevidamente com a cobrança de tarifas bancárias. O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

www.camara.gov.br



Nota Fiscal Eletrônica I

De 1º de agosto a 1º de novembro – de acordo com os segmentos profissionais explicitados na legislação –, os prestadores de serviço que atuam na capital paulista foram obrigados a emitir a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). A ferramenta substituirá a nota fiscal de papel, auxiliando no combate à sonegação fiscal. A NF-e também tem o objetivo de incentivar os contribuintes paulistanos a solicitar o documento.

Nota Fiscal Eletrônica II

Um importante aspecto da NF-e é que o cliente (tomador de serviços) que pedir a emissão da NF-e poderá utilizar parte do Imposto Sobre Serviços (ISS) recolhido para abater até 50% do IPTU. Os contribuintes terão entre os dias 1º e 30 de novembro para indicar o imóvel (apenas um) ao qual desejam direcionar o desconto.

www.prefeitura.sp.gov.br

Refinanciamento de dívidas I

A reboque da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, que instituiu a loteria Timemania, criada para ajudar os clubes de futebol brasileiros, as Santas Casas, os hospitais sem fins lucrativos e as entidades da área de saúde que possuem o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas) poderão refinanciar as dívidas que possuem com a Previdência Social. O montante chega a R\$ 6,5 bilhões.



Refinanciamento de dívidas II

A vantagem do benefício é que as entidades terão até 180 meses para saldar suas pendências, e as normas para este procedimento serão estipuladas por Instrução Normativa das secretarias das Receitas Previdenciária e Federal. O financiamento deve começar ainda neste ano. As entidades terão até dois meses após a publicação da Instrução Normativa para aderir ao programa. Importante: somente as dívidas contraídas até 30 de setembro de 2005 poderão ser parceladas.

www.previdencia.gov.br

Recolhimento ao INSS

Entidades do Terceiro Setor que não efetuam o recolhimento dos valores descontados das contribuições devidas à seguridade social em função de seus colaboradores contratados podem ter problemas com a Justiça. A Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região decidiu, por unanimidade, em 1º de agosto, dar provimento a uma apelação do Ministério Público Federal e condenou um empresário por não ter feito o recolhimento entre abril e julho de 1996 e nos exercícios fiscais de 1997 e 1998. O crime está previsto no art. 168-A do Código Penal.

www.mj.gov.br

Doações deduzidas do IR

As doações feitas às Santas Casas e hospitais filantrópicos poderão ser deduzidas do Imposto de Renda da Pessoa Física. É o que prevê o Projeto de Lei nº 7.144/06, do deputado André Zacharow (PMDB-PR), que tramita na Câmara dos Deputados. A proposta também estabelece que a soma das doações às Santas Casas e hospitais filantrópicos; aos fundos mantidos pelos conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente; aos projetos culturais financiados pelos Programa Nacional de Apoio à Cultura; e às atividades audiovisuais ficará limitada a 6% do imposto devido pela pessoa física.

www.camara.gov.br



Ser voluntário faz bem

Anísia Cravo Villas Bôas Sukadolnik
comunicacao@facaparte.org.br



Muita gente pensa que voluntariado é uma simples doação, um caminho de mão única, em que o doador abre mão daquilo que está dando para o benefício de alguém que está recebendo. A consequência direta, e triste, dessa realidade é a imediata recusa de participar de qualquer atividade voluntária ou solidária.

Quem enxerga o mundo assim, como subtração, se engana. De fato, trata-se de uma soma cujo resultado é muito maior que a conjugação das partes. Todos – a começar do próprio voluntário – ganham quando alguém se dispõe a fazer diferença na vida de alguém. Ganha quem é atendido, como não poderia deixar de ser. Ganha quem doa seu tempo,

trabalho e talento, que se sente útil, valorizado, reconhecido. Ganha toda a sociedade, que aproveita o que cada um tem de melhor.

Cabe, aqui, mencionar o conceito de tecido social. A sociedade é composta por pessoas que se relacionam entre si, formando uma trama de múltiplos pontos de contato que é tanto mais resistente e íntegra quanto mais fortes e solidários forem os laços entre as pessoas. Ao ensinar algo a um desconhecido, compartilhar com ele algumas palavras, ao promover uma causa, lutar contra uma injustiça, ao preservar o ambiente, proteger os animais, enfim, ao agir responsabilmente na sociedade, em qualquer área que seja, os benefícios transbordam.

Com o sangue do voluntariado

Há 40 anos, quando ainda não havia nenhum tipo de tratamento clínico para a hemofilia no Brasil, o desafio era buscar informações, unir as famílias e estruturar uma central onde os portadores de hemofilia e seus familiares pudessem buscar orientação.


Nesse contexto de necessidade foi fundado o Centro dos Hemofílicos do Estado de São Paulo (Chesp), que, durante toda sua história, sempre contou com a força transformadora do voluntariado para os projetos e programas estabelecidos. A vontade de fazer dar certo uma instituição de tanta responsabilidade foi a motivação principal que uniu centenas de pessoas em prol da causa dos hemofílicos. Desde a fundação, em 1966, o grupo de voluntários atua de forma ativa e essencial.



A parceria com o Centro de Voluntariado São Paulo (CVSP) facilitou o acesso de pessoas interessadas em realizar trabalho voluntário na instituição mas que não conheciam as necessidades do Chesp. Os voluntários de lá atuam nas mais diversas áreas, doando seu tempo, trabalho e talento.

Eles contam histórias, traduzem materiais técnicos recebidos em várias línguas, realizam acompanhamento escolar, recebem doações (de alimentos, roupas, sapatos, máquinas de costura, livros, material escolar etc.), desenvolvem atividades recreativas, captam recursos para projetos, realizam palestras informativas e fornecem assistência jurídica. Há também um grupo rotativo de voluntários universitários que aplicam na prática o que aprendem nas salas de aula.


Ao longo dos anos, com o apoio de familiares de hemofílicos e da sociedade civil, o Chesp pôde ampliar suas instalações e seu atendimento nas áreas de serviço social, psico-

logia, fisioterapia e reabilitação. Hoje, tem cerca de 1.800 pacientes inscritos, vindos de diversas regiões do país, e, como suporte, oferece leitos para hospedagem, refeições principais diárias e cursos, entre outros benefícios. 



Voluntária na cozinha da entidade

Centro dos Hemofílicos do Estado de São Paulo

 <http://chesp.sites.uol.com.br>
(11) 5573-0648

Ninguém nega que uma criança na escola, e não na rua, é positivo para todos – não é só ela que vai ganhar com a própria educação. Do mesmo modo, ganha todo o ecossistema e, conseqüentemente, melhora a qualidade de vida de todos, a cada quilo de lixo que é reciclado e deixa de ser esquecido em uma decomposição que pode durar séculos.

E o voluntário ganha o quê? Primeiro, ele faz parte desse sistema positivo, dessa trama social fortalecida, de um grupo do qual todos se orgulham. Segundo, ao ser um cidadão participativo, ele é reconhecido por outras pessoas como alguém que tem uma força transformadora. Imediatamente ele

é valorizado pelos novos e velhos amigos, pelos familiares e pelos conhecidos, que se sentem inspirados para também fazer a diferença – e isso, num círculo virtuoso, fortalece ainda mais o tecido social.

O voluntariado é também atividade “egoísta” na medida em que é oportunidade para desenvolver habilidades e competências. Para ser voluntário, não é necessário ser especialista em um assunto, ou fazer aquilo que se faz no dia-a-dia, no trabalho. Suponha um dentista. Se ele quiser, pode prestar assistência odontológica a uma criança, mas também pode dar aulas de violão e, assim, praticar uma habilidade pouco desenvolvida.



Voluntariado não é dever, não é tempo perdido, não deve ser carregado como um fardo. Por tudo isso, ser voluntário é – e deve sempre ser – prazeroso, estimulante e transformador para todos, principalmente para quem o realiza. Ser voluntário faz bem. ♡

Anísia Cravo Villas Bôas Sukadolnik. Diretora de relações institucionais do Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP).

Voluntariado educativo

Hoje alunos, amanhã colegas

Estudar em escolas do Rio de Janeiro como o Colégio Pedro II, da rede federal, pode parecer um sonho para estudantes de poucos recursos. Mas não é o caso dos jovens que moram na zona oeste do Rio de Janeiro e que podem participar do projeto Olhar para o futuro, que rendeu ao colégio o Selo Escola Solidária, concedido pelo Instituto Faça Parte.

Fruto da parceria entre as unidades escolares Tijuca II e Realengo, do Colégio Pedro II, o projeto oferece capacitação para os concursos de ingresso dessa e de outras escolas de excelência. Os alunos, imbuídos do sentimento de solidariedade, partilham os conhecimentos

adquiridos na escola com jovens de camadas diversas, favorecendo a inclusão social.



O Colégio Pedro II recebe o grupo de alunos beneficiários, formado por jovens concluintes do ensino fundamental da rede pública municipal. Alunos do ensino médio das duas unidades escolares são selecionados para atuar como alunos-mestres. Já os docentes agem como tutores, acompanhando e assessorando o processo.

As matérias envolvidas são matemática, química, física, biologia, geografia, história e português, que inclui ainda literatura e oficina de redação. Além disso, também são aplicados simulados dos concursos do Colégio Pedro II, Cefet e Faetec.

O projeto comunitário proporciona apoio pedagógico aos beneficiários, visando a capacitá-los para os concursos de ingresso. Para os estudantes do Pedro II, a atuação voluntária é um investimento em sua própria formação, por meio da utilização de sua inteligência e criatividade para interagir com os colegas, alunos e a comunidade.



O projeto começou a render frutos já em 2003, quando houve uma aprovação para o Pedro II e seis para a Faetec. No ano seguinte, o número aumentou para quatro aprovações para o colégio – o 1º, o 4º, o 5º e o 15º colocados – e outras para a Fiocruz, o Cefet e a Faetec. ♡

Colégio Pedro II

www.cp2.g12.br
(21) 3872-2215

Rápidas voluntárias

Centro de Ação Voluntária de Curitiba (CAV)

Criado em 1998, tem a missão de promover o voluntariado transformador. Nesse sentido, realiza um trabalho contínuo, atendendo pessoas, organizações sociais e empresas. Para as pessoas, são oferecidas palestras informativas gratuitas, nas quais os interessados em encontrar uma oportunidade de trabalho voluntário são orientados na escolha de uma organização para atuar e recebem todas as informações sobre essa atividade. Já as organizações sociais podem ser cooperadas, o que permite solicitar voluntários pelo banco de dados do CAV; participar de cursos e encontros que contribuem para o desenvolvimento profissional. Para as empresas, o CAV oferece o Programa Empresarial de Voluntariado, uma forma de sustentabilidade, que presta consultoria para o fortalecimento dos projetos de responsabilidade social das empresas.

i www.acaovoluntaria.org.br



Aliança Empreendedora

A organização nasceu da iniciativa de jovens idealistas e empreendedores que, em 2002, sem parceiros ou recursos, iniciaram projetos e ações de apoio a microempreendedores e grupos produtivos de comunidades pobres de Curitiba e Região Metropolitana. Desde então, tem aprimorado metodologias e gerado o desenvolvimento econômico e social dessas localidades, envolvendo parceiros, voluntários, empresas e universitários no processo de atuação e evolução em rede. Além disso, a Aliança busca desenvolver projetos e atividades que permitam a inclusão, diferenciação e competitividade desses grupos no mercado, já tendo beneficiado 59 empreendimentos, 17 grupos comunitários e 860 pessoas em seus projetos.

i www.aliancaempreendedora.org.br

Casa do Contador de Histórias

Fundada em 2003, realiza um trabalho amplo com o núcleo de ação social de Curitiba. A ONG tem como lema: "A humanidade precisa tanto de histórias quanto de pão". Por isso, as histórias são contadas pelos voluntários como instrumento sociocultural, educativo e terapêutico em hospitais, creches, escolas e instituições asilares, assim como em empresas e eventos, visando preservar a arte e a tradição milenar da narrativa oral. A Casa realiza oficinas periódicas de formação de novos contadores, ensinando a contar histórias em qualquer ambiente, por intermédio de exercícios de memorização, desinibição e fala, utilizando várias formas de narrativas.

i www.casadocontadordehistorias.org.br



Força Voluntária

Um dos programas empresariais de voluntariado em que o CAV atua como consultor, é desenvolvido pelos colaboradores da Itaipu Binacional, em Curitiba e em Foz do Iguaçu. Tem a missão de estimular, fortalecer e valorizar a ação voluntária para promover o auto-desenvolvimento, a humanização do ambiente de trabalho e a geração de benefícios à sociedade. Em 2006, várias ações foram implementadas. Entre elas, destaca-se o Banco de Projetos, no qual a Itaipu selecionou e disponibilizou recursos para projetos de sustentabilidade apresentados por grupos de colaboradores e voluntários de instituições sociais.

i www.itaipu.gov.br

Casa de Apoio Irmã Scheilla

Tem como mantenedora a Sociedade Espírita Missionários da Luz, atendendo 90 crianças em regime de contra-turno escolar, de segunda a sexta-feira, proporcionando várias atividades, tais como: reforço escolar, micro-informática, trabalhos manuais, conto de histórias, esporte e orientação religiosa. Além disso, oferece três refeições diárias e mensalmente realiza palestra para os pais, com profissionais de diversas áreas. Atualmente, a instituição busca parceiros e voluntários para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos, bem como possibilitar o aumento do número de assistidos e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

i (41) 3621-3121



Fonte: **Centro de Ação Voluntária de Curitiba (CAV)**.

Esse espaço é resultado da parceria com a **Revista Filantropia** e pode ser utilizado por outros centros de voluntariado do Brasil. Participe: acao@acaovoluntaria.org.br.

Ópera da diversidade

Uma história em três atos, unida pela linguagem comum que aproxima os brasileiros

Felipe Mello

programa@cantocidadao.com.br



Venho contar em prosa alguns episódios recentes que confirmam ainda mais o poder transformador do protagonismo social, que une pessoas e fortalece o respeito à diversidade e o exercício coletivo da cidadania, a partir do indispensável desenvolvimento pessoal. Para contar a ópera vivida pelo Canto Cidadão – organização na qual atuo como gestor – em três locais distintos do país, quero antes mencionar outras três obras que fizeram história.

Em 1978 o Brasil se reencontrava aos poucos com a liberdade de expressão; vivia-se um clima de abertura e anistia. Foi naquele momento histórico que Chico Buarque desenvolveu a trama *Ópera do Malandro*, que conta a trajetória de decadência da malandragem carioca da Lapa nos anos 40. A obra foi inspirada em duas outras, *Ópera dos Mendigos* (John Gay, 1728) e *Ópera dos Três Vinténs* (Bertolt Brecht e Kurt Weill, 1928). Nas três, vêm à tona assuntos de interesse social. Assim como nas seguintes histórias, todas visceralmente conectadas.

Além da Madeira-Mamoré

A minissérie televisiva acabou no início do ano. Na verdade, a própria ferrovia Madeira-Mamoré também quase acabou, diferente da vontade de fazer a diferença que encontramos na visita a um hospital filantrópico nos arredores de Porto Velho (RO). Trata-se de uma unidade de saúde

ligada à obra assistencial das Irmãs Marcelinas e que há mais de 50 anos atende um público bastante especial, os hansenianos. O início do trabalho do atual Hospital Marcelo Candia foi como um leprosário, termo utilizado durante muito tempo para definir o local para onde seguiam as pessoas que tinham lepra (hanseníase). Elas eram praticamente arrancadas do seu convívio social e levadas para lá, distante quase 20 km da cidade.

Foram precisos anos e anos de sensibilização e exemplo para que a sociedade voltasse a se aproximar e participar mais do dia-a-dia das pessoas internadas. Atualmente, o voluntariado dá sinais de fortalecimento na instituição, trazendo cidadãos para o convívio e relacionamento dos pacientes. Ademais, pacientes hansenianos trabalham atendendo outros pacientes, não necessariamente com a mesma doença.

Primeiro ato da ópera: Diversidade saudável se faz com respeito ao ser humano, algo que vai além da saúde ou da doença, para não se falar em gênero, raça, opções individuais e outras formas de diversidade.

Salão de beleza para fora e para dentro

A expedição seguiu para Cuiabá (MT). Lá pude sentir o sabor de um fruto muito especial, aquele que nasce em uma árvore que ajudamos a plantar. Chegamos a uma ação social organizada pelo Canto Cidadão há poucos meses, com a participação de colaboradores da Gol Linhas Aéreas. Naquela ocasião, visitamos o Asilo Dona Bebe, para uma tarde de embelezamento do corpo das senhoras e dos senhores e para troca de histórias e carinhos na alma. Após o evento, ficou nítida a satisfação dos voluntários, que em sua maioria faziam uma ação social pela primeira vez. Em mim, ficou a esperança de que aquele tinha sido apenas o primeiro passo.

Pois bem, o fruto a que me referi foi a informação de que, após aquele evento, os mesmos colaboradores da empresa adotaram

a organização social e passaram a desenvolver outras ações para contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos idosos internados, pois identificaram o potencial transformador do voluntariado e engajamento para si mesmos e para o coletivo.


Segundo ato da ópera: Diversidade saudável se faz com informação e exemplo, que impulsionam grupos no sentido da construção de um caminho próprio.

Na rota do descobrimento

A terceira parada se deu no sul da Bahia, especificamente em Porto Seguro e Eunápolis, onde os Doutores Cidadãos, voluntários do Canto Cidadão que atuam com palhaços em ambiente hospitalar, fizeram palestras para profissionais da saúde e visitaram hospitais públicos. O resultado foi imediato. Os participantes se identificaram com a linguagem bem humorada e entusiasmada dos visitantes e perceberam que é possível aliar competência técnica (caixa de ferramentas) com inteligência emocional (caixa de brinquedos) para construir relações interpessoais mais saudáveis em sua diversidade.

Terceiro ato da ópera: A crença no potencial do entusiasmo – a partir da identificação do valor da missão – é capaz de melhorar substancialmente a convivência entre pessoas diferentes e muitas vezes divergentes.

Uma obra para todos os palcos

A Ópera da Diversidade, humildemente apresentada em breves atos, deixa clara a possibilidade de melhoria de diversos tipos de ambientes, a partir da sensibilização e orientação dos seus atores, primordialmente conquistadas a partir do reconhecimento do outro como potencial parceiro na transformação individual e equilíbrio social. 

Felipe Mello. Radialista, palestrante e diretor da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

A interface entre política de assistência social e trabalho

Relação requer o entendimento da seguridade social com base nos aspectos contemporâneos da gestão das políticas públicas

Ana Livia Adriano
ana_liviass@yahoo.com.br



Propor o debate acerca da assistência social e sua necessária interface com o trabalho implica necessariamente em problematizar as determinações contemporâneas que norteiam os rumos da seguridade social no Brasil, entendendo-a, segundo a Constituição de 1988, como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”¹.

A inclusão da previdência, da saúde e da assistência no âmbito da seguridade social introduz um novo padrão de concepção de políticas sociais, reafirmando o caráter público, universal, não-contributivo, de acessibilidade irrestrita aos serviços e a garantia da participação da sociedade civil no controle social e na execução dessas ações. Também instaura uma nova cultura política, baseada na defesa dos direitos sociais e na ruptura com as formas clientelistas, assistencialistas e despolitizadas vigentes na concepção e na gestão das políticas sociais no Brasil.

No que tange às políticas sociais, é preciso entender a assistência social “como expressão de relações sociais que reproduzem os interesses em confronto na sociedade. Reproduzem, portanto, a exploração, a dominação e a resistência, num processo contraditório em que se acumulam riqueza e pobreza”². Nesse sentido, o debate acerca da assistência social e de sua relação prioritária – não-exclusiva – com o trabalho permite considerar o conflito entre capital versus trabalho, a partir das mudanças do mundo do trabalho³, bem como das respostas colocadas pelo Estado no enfrentamento de tais antagonismos.

Aspectos atuais

As novas formas de acumulação do capital, marcadas pelo avanço da robótica e da


tecnologia, redesenham as formas de produção e consumo, exigindo do trabalhador mais flexibilidade, qualificação da mão-de-obra, eficiência em um cenário em que alguns postos de trabalhos desaparecem ou são substituídos pela tecnologia, os salários e as condições de trabalho se tornam precários para a parcela privilegiada que se insere no mercado formal e um enorme contingente da classe trabalhadora sobrevive do trabalho informal.

No plano político, o desmonte deste estado social é uma das mais visíveis conseqüências, em que os mecanismos de acumulação neoliberal obrigam o Estado, ao mesmo tempo em que regula as atividades do capital no interesse da nação, a criar um bom clima de negócios para atrair o capital financeiro transnacional e global. Os custos na área social, o gasto em programas e políticas públicas, são considerados excessivos, nefastos para a economia, porque geram um déficit orçamentário, aumentam as taxas de juro e diminuem a taxa de inversão produtiva, tendo como principal proposta do Estado neoliberal a transferência de responsabilidades de assegurar direitos para a sociedade civil.

Sob este conjunto de demandas, a questão social – que assume novas roupagens na contemporaneidade – é enfrentada sob o “recurso estratégico da solidariedade informal e voluntária, envolvendo a família, a vizinhança e os grupos de amigos”⁴, desresponsabilizando o Estado, fragmentando a esfera pública e violando o direito da justiça social, da equidade, da universalidade e da cidadania.

Confrontos

Assim, torna-se interessante apresentar algumas problematizações, a fim de desvelar o real e, a partir da compreensão dos processos sociais que neles se apresentam,



Os custos na área social, o gasto em programas e políticas públicas, são considerados excessivos (...) tendo como principal proposta do Estado neoliberal a transferência de responsabilidades de assegurar direitos para a sociedade civil

propor mudanças de gestão que considerem o cumprimento legal dos direitos sociais gestados, prioritariamente na esfera pública. Parece que a garantia das condições mínimas de sobrevivência, na Constituição Federal, entra em contradição com as novas formas de regulação da dinâmica capitalista impostas pelo grande capital, de redução do papel do Estado na garantia das respostas e enfrentamento à questão social, não havendo condições históricas para a concretização dos dispositivos constitucionais.


Diante disso, o desafio em construir uma interface entre assistência social e trabalho não se desdobra apenas em exigir, propor e gerar programas sociais de distribuição de renda ou de capacitação profissional – em sua maioria de caráter focalista e seletivo –, mas de potencializar uma interlocução permanente entre as demais políticas sociais, no sentido de minimamente atender às necessidades socialmente construídas e demandadas por uma

parcela da sociedade que vive no universo da pobreza e da subalternidade. Isso é, desprovidas de bens materiais, culturais e principalmente de protagonismo político e social.

Resultados históricos

O trabalho, partindo de uma compreensão ontológica da formação do ser social, é um ato histórico, uma atividade vital específica do homem. Por meio do trabalho o homem pensa, cria, modifica a natureza e se recria no conjunto das relações sociais. Negar à parte da humanidade o direito desta objetivação não é apenas uma violação de direitos sociais; é a violação de sua individualidade que, na sociedade capitalista, está condicionada a forma como as relações entre capital e trabalho se definem.

Portanto, a assistência social enquanto política social pública é apenas uma das expressões no enfrentamento das novas formas de produção e dos redeseños assumidos pelo

trabalho no capitalismo contemporâneo, e sua principal contribuição neste processo é de assegurar as condições mínimas para a reprodução social, em seus aspectos materiais, culturais e, principalmente, na ruptura com a histórica subalternidade política e social. É pensar numa cultura do direito não como fim, mas como meio para a construção de uma sociedade justa, igual e livre. 

Ana Lívia Adriano. Assistente social, mestre e doutoranda em serviço social pela PUC/SP e docente do curso de serviço social da Faculdade Mauá.

¹ CONSTITUIÇÃO FEDERAL – 1988. TÍTULO VIII, CAPÍTULO II, SEÇÃO I, ART. 194.

² YASBEK, MARIA CARMEITA. CLASSES SUBALTERNAS E ASSISTÊNCIA SOCIAL. SÃO PAULO: CORTEZ, 1999.

³ ANTUNES, RICARDO. ADEUS AO TRABALHO? ENSAIO SOBRE AS METAMORFOSES E A CENTRALIDADE DO MUNDO DO TRABALHO. SÃO PAULO: CORTEZ, CAMPINAS: EDITORA DA UNICAMP, 1995.

⁴ PEREIRA, POTYARA A. P. NECESSIDADES HUMANAS: SUBSÍDIOS À CRÍTICA DOS MÍNIMOS SOCIAIS. SÃO PAULO: CORTEZ, 2002.



Sergio Monello

Escritório Contábil Dom Bosco

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º Setor
- Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista
- Assessoria na Obtenção e gerenciamento das Certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

40 anos
de exclusivo
compromisso
com as
entidades
do 3º setor

(11) 3872-1195

www.sergiomonello.com.br

São Paulo
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar Perdizes
São Paulo/SP - CEP 01150-001

Filial Brasília - Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O, sala 611
Brasília/DF - CEP 70340-000

ISO 26000

A norma internacional de responsabilidade social

Com lançamento previsto para 2008, conjunto de diretrizes deve separar o discurso socialmente responsável das verdadeiras políticas e práticas empresariais

Fernando Credidio
fcredidio@gmail.com



A norma trará orientações sobre o processo de incorporação da responsabilidade social e ambiental às atividades de uma organização, além de indicações sobre os principais instrumentos, sistemas e entidades que, atualmente, tratam do tema

Nunca, como nos últimos tempos, se falou tanto em desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. Por essa razão, considere oportuno abordar um assunto diretamente relacionado a essa temática tão atual e instigante que, a cada dia, tem despertado mais atenção e interesse por parte das organizações: a futura ISO 26000. Trata-se de uma norma de diretrizes com todos os predicados para se transformar em um dos principais guias para as organizações no tocante a práticas de gestão social e ambientalmente responsável.

Iso é um prefixo grego que significa igual e é, também, a sigla da International Organization for Standardization, uma organização não-governamental internacional de padronização, formada por representantes de mais de 150 países, que, atualmente, entre outras finalidades, tem como objetivo estabelecer o padrão mundial para a implementação de diretrizes direcionadas à responsabilidade socioambiental. Criada em 1946 e com sede em Genebra, Suíça, a ISO elabora e difunde normas internacionais em todos os domínios de atividades – exceto no campo eletro-eletrônico, que é de responsabilidade da International Electrotechnical Commission (IEC) –, por meio da cooperação no âmbito intelectual, científico, tecnológico e de atividade econômica, com a intenção de facilitar o intercâmbio internacional de produtos e serviços.

Histórico

A ISO 26000, prevista para ser publicada em 2008, será a terceira geração de normas ISO, uma vez que já vigoram os sistemas de gestão da qualidade (ISO 9000) e o de gestão ambiental (ISO 14000), adoradas por mais de 600 mil organizações em todo o mundo. Contudo, diferentemente destas, a ISO 26000 não será uma norma para certificação, ou seja, ela servirá apenas como um guia de diretrizes e não como base para obtenção de selos e certificados de responsabilidade socioambiental pelas empresas e outras organizações. Felizmente!

A decisão da ISO foi elaborar uma norma de diretrizes em responsabilidade social dirigida para todos os tipos de organização. Essa determinação tem gerado um debate constante sobre o tratamento que será dado às empresas, pois há um temor de que a formulação das diretrizes, por se dirigir a organizações em geral, perca o significado concreto para a conduta das corporações.

A norma trará orientações sobre o processo de incorporação da responsabilidade social e ambiental às atividades de uma organização, além de indicações sobre os principais instrumentos, sistemas e entidades que, atualmente, tratam do tema, visando orientar as organizações de todos os tipos e tamanhos sobre os cuidados e princípios que devem ser seguidos por quem, um dia, desejar se tornar socialmente responsável.


Nesse sentido, com a publicação da ISO 26000, espera-se que a tênue linha que separa o discurso corporativo socialmente responsável das verdadeiras políticas e práticas empresariais ganhe contornos mais acentuados, servindo as diretrizes como parâmetro para a sociedade medir a verdadeira atuação socioambiental das empresas, uma vez que um dos principais objetivos da norma será o de estabelecer um entendimento comum sobre o que de fato significa responsabilidade social, a fim de que as iniciativas duvidosas sobre o assunto possam ser claramente resolvidas.

Composição

A ISO 26000 abrangerá três tipos de princípios. No primeiro, denominado Gerais, se aplicam todas as circunstâncias, como por exemplo, respeito à lei, a convenções e a declarações reconhecidas internacionalmente. Os princípios que fazem parte do segundo critério, chamados Substantivos, são voltados a resultados e avanço de critérios internacionalmente reconhecidos nas diversas áreas da responsabilidade social. Por fim,

os ditos Operacionais dizem respeito à natureza e qualidade do processo, englobando inclusividade, accountability, transparência, materialidade e responsabilidade, entre outros aspectos.

O processo tem envolvido representantes dos mais variados países, organizações da sociedade civil e grupos sociais. O Grupo de Trabalho de Responsabilidade Social da ISO, responsável pela coordenação mundial dos trabalhos, está sendo liderado, pela primeira vez, em conjunto por entidades normalizadoras de um país industrializado, o Instituto Sueco de Normalização (ou Swedish Standards Institute – SIS), e de um país “em desenvolvimento”, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que foi a vencedora dentre cinco outras candidaturas apresentadas. Vale dizer que o Brasil tem dado contribuições importantes para a elaboração da futura diretriz internacional de responsabilidade social. Para muitos especialistas, inclusive, o Grupo de Trabalho liderado pelo Brasil e pela Suécia tornou-se o principal fórum global de discussões multissetoriais sobre responsabilidade corporativa.

Sem o glamour dos anos 90 e resvalando para a banalização, devido à enxurrada de certificações, principalmente na China, é certo que a ISO ainda goza de relativa credibilidade em todo o planeta. Um fator importante para que esse estado se mantenha é que, a cada dia, as normas se renovam e passam a englobar outros conceitos, a exemplo da responsabilidade social. Por isso, tudo leva a crer que a futura ISO 26000 dará novo impulso às políticas e práticas de responsabilidade social no Brasil e no mundo, estimulando processos de mudanças de comportamento em todos os níveis da sociedade e, em especial, demonstrando às empresas que é possível aliar desenvolvimento sustentável com a manutenção do lucro. Afinal, como bem define o ecologista Francisco Milanez, “ganhar dinheiro sem sustentabilidade não é negócio”. 

Fernando Credidio. Palestrante, articulista, gestor e consultor organizacional em Terceiro Setor, sustentabilidade e responsabilidade social empresarial.



Cavenaghi oferece soluções para o transporte de pessoas com deficiência

A Cavenaghi, principal empresa brasileira de adaptação veicular, traz novos conceitos em serviços e produtos, além de uma total modernização nas soluções para o transporte seguro e independente de pessoas com deficiência. A assinatura de um Projeto de Lei prorrogou até dezembro de 2009 a isenção de IPI (15%) na compra de carros novos por pessoas com deficiência (mesmo não sendo condutores). Um dos principais lançamentos da empresa é o Chair Topper, sistema inédito no Brasil para transporte de cadeiras de rodas no teto do veículo. O cadeirante desloca-se para o banco do automóvel e aciona um botão que dá início à operação que transfere e arruma automaticamente a cadeira de rodas dentro de uma caixa transporte, instalada sobre o carro.

www.cavenaghi.com.br

Fundação Staples para o Aprendizado anuncia investimento para jovens empreendedores sociais

A Staples, líder mundial na venda de produtos para escritório, por meio da Fundação Staples para o Aprendizado, doou US\$ 500 mil para o

Geração Muda Mundo. Trata-se de um projeto criado pela Ashoka voltado ao desenvolvimento de jovens empreendedores, de 14 a 24 anos, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida em suas comunidades. Segundo Michel Piestun, presidente da Officenet, esse é o primeiro projeto que a Staples apoia na América Latina. “Com o apoio da Fundação Staples para o Aprendizado, a Ashoka ampliará sua atuação em sete novos países: México, Brasil, Argentina, EUA, Índia, África do Sul e Tailândia, criando oportunidades para que jovens tomem iniciativa social e façam a diferença na sociedade”, relata.

Ericsson reduz emissão de carbono

Cortar 6.000 toneladas de emissão de carbono por ano, economizando 25% de energia elétrica, é a meta da Ericsson para 2006. O trabalho começou quando a empresa decidiu avaliar o impacto de sua produção no meio-ambiente por meio do método Life Cycle Assessment (LCA), que avalia os resultados ambientais associados a um produto ou serviço e ajuda a fazer os ajustes necessários para diminuí-lo. A boa notícia acaba de ser publicada no Ericsson Sustainability Report 2005, que traz informações sobre a redução de energia feita pela empresa e sua comparação aos anos anteriores. A emissão de dióxido de carbono foi o indicador escolhido já que o CO₂ é diretamente relacionado ao uso da energia, desafio ambiental mais próximo à realidade da Ericsson e do setor de telecomunicações.

Lexmark e Prefeitura de São Paulo promovem treinamento gratuito nos telecentros

A Lexmark International do Brasil e a Secretaria de Participações e Parcerias do

Município de São Paulo anunciaram, no dia 14 de agosto, o lançamento oficial do programa Futuro Hoje. A iniciativa inclui cursos para as comunidades dos telecentros e abrange três objetivos básicos: capacitar pessoas para o suporte no próprio telecentro; melhorar as chances de desenvolvimento profissional de cada um; e servir como oportunidade para que empresas do mercado busquem mão-de-obra qualificada. Além de ceder os equipamentos, a fabricante de impressoras disponibiliza seus melhores instrutores. Os cursos serão conduzidos por técnicos que também fazem os treinamentos para as redes de Assistências Técnicas Lexmark (ATL).

O trabalho da Holcim foi escolhido como uma das três experiências exemplares da América Latina.

IBM leva projeto de educação ambiental para todo o Brasil

Apresentar uma casa ecologicamente correta e ambientada para o consumidor do futuro. Essa é a proposta do projeto Recicla – Novos usos para antigos materiais, desenvolvido pela área de Responsabilidade Social da IBM Brasil com curadoria da organização Leia Brasil. A abertura da exposição aconteceu no dia 22 de agosto, no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, devendo percorrer nove cidades brasileiras de diferentes estados. O projeto – patrocinado pela IBM Brasil por meio da Lei Rouanet – tem como objetivo levar os conceitos de reciclagem, reaproveitamento e redução de resíduos ao dia-a-dia das pessoas, apresentando-os como uma alternativa para o consumo consciente.

Livros

Gestão Estratégica de Entidades

Marcos Antonio Gonçalves, presidente licenciado da Avape, acaba de lançar o livro *Gestão Estratégica de Entidades Sem Fins Lucrativos* (190 págs., R\$ 30), pela Áurea Editora. A obra aborda uma nova visão e perspectiva de ação para o Terceiro Setor, destacando a importância do planejamento estratégico e da autogestão para que as ONGs possam captar e gerir melhor seus recursos. Entre os temas, destacam-se: composição de conselhos, governança corporativa, elaboração de projetos, estratégias de comunicação e busca de recursos e de novos modelos de gestão.

i www.aureaeditora.com.br
(11) 5574-8910



Sensível olhar sobre o Terceiro Setor

Organizado por Eudisia Acuña Quintero e lançado pela Summus Editorial, o livro *Um sensível olhar sobre o terceiro setor* (232 págs., R\$ 42,90) traz experiências nacionais de cooperadores do setor social e considerações sobre a postura da universidade diante desse fenômeno emergente. Em forma de artigos, os temas voluntariado, responsabilidade social, comunicação, legislação, desenvolvimento sustentado e marketing social são apresentados com base na rotina das organizações.

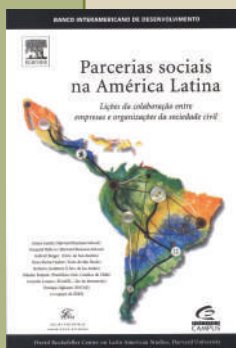
i www.summus.com.br
summus@summus.com.br
(11) 3865-9890



Parcerias Sociais na América Latina

Lançado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Editora Campus/ Elsevier, o livro *Parcerias Sociais na América Latina – Lições da colaboração entre empresas e organizações da sociedade civil* (414 págs., R\$ 99) analisa alianças entre empresas e organizações não-governamentais na América Latina. São 24 estudos de caso, produzidos por pesquisadores da área de administração de empresas em cinco universidades da região. A coordenação é do professor James Austin, da Harvard Business School.

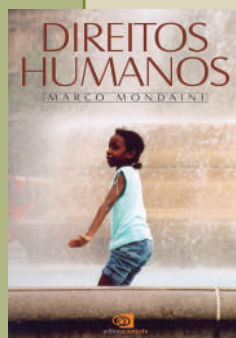
i www.campus.com.br
info@elsevier.com.br
(21) 3970-9300 / (11) 5105-8555



Direitos Humanos

O livro *Direitos Humanos* (192 págs., R\$ 35), Editora Contexto, reúne diversos textos entre os mais importantes discursos, declarações e manifestos proferidos por autores como Jean-Jacques Rousseau, Mahatma Gandhi, Nelson Mandela, Karl Marx e Friedrich Engels, Louis Blanc, entre outros. O organizador Marco Mondaini usou alguns critérios para a seleção dos textos, como: importância para a afirmação dos direitos humanos no curso da história moderna; fácil entendimento pelo público não-especializado; e utilidade aos professores e agentes educacionais.

i www.editoracontexto.com.br
contexto@editoracontexto.com.br
(11) 3832-5838



Bíblia em Braille

A Sociedade Bíblica do Brasil (SBB) lançou uma versão mais completa da Bíblia em Braille, agora também com os livros deuterocanônicos. A edição é composta por 45 volumes e um guia de leitura, que informa como o texto está disposto e quais os recursos oferecidos, além de trazer uma espécie de cartilha que apresenta normas de grafia e como as letras e acentos são representados. Aperfeiçoamento de um projeto inédito e pioneiro apresentado em 2002, a Bíblia em Braille passou por ampla reformulação, a fim de se adequar à Normatização da Grafia em Braille Brasil-Portugal e à Nova Grafia Braille para Língua Portuguesa. A publicação está disponível nas versões capa dura (R\$ 70) e capa brochura (R\$ 35).

i www.sbb.org.br
sac@sbb.org.br
0800-727-8888



Certificação de acessibilidade

A Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais (Avape) passa distribuir o Selo de Estabelecimento com Acessibilidade Avape, que tem como objetivo identificar locais que implementam a acessibilidade em suas instalações, respeitando os critérios do decreto nº 5.296/04 e da NBR 9050 – ABNT. Entre os estabelecimentos comerciais visados, estão hotéis, pousadas, restaurantes, lanchonetes, que precisam se adaptar para receber bem os turistas com deficiência. A Avape acredita que o selo deva agregar valor aos serviços e conseqüente reconhecimento de responsabilidade e inclusão social aos locais.

i www.avape.org.br
avape@avape.org.br
(11) 4433-5000



Seleção do Instituto Unibanco

O Instituto Unibanco mantém abertas até 15 de dezembro as inscrições para o processo de seleção e patrocínio na área social. O edital busca identificar programas que, pela aplicabilidade e resultados, possam servir de modelo para a difusão de práticas orientadas à qualificação profissional de jovens de 16 a 21 anos, menos favorecidos, contribuindo para geração de trabalho e de renda. Cada projeto deve beneficiar grupos de no mínimo 50 e no máximo 150 jovens, com custo anual total de até R\$ 1.300 por aprendiz. Os cinco projetos escolhidos receberão aporte financeiro e técnico para sua execução.

i www.institutounibanco.org.br
edital2006@institutounibanco.org.br
(11) 3584-1325 / 3584-4445

Mouse ocular

Inteiramente desenvolvido no Brasil, o mouse ocular permite ao usuário escrever textos em um monitor apenas com o movimento dos olhos. O produto foi criado pelo engenheiro eletrônico Manuel Cardoso, com o apoio da Fundação Paulo Feitoza (FPF), e viabilizado pela Digibrás, empresa do Grupo CCE. O primeiro lote com 200 aparelhos foi distribuído inicialmente aos hospitais da rede pública e entra no mercado com preço estimado ao consumidor final em torno de R\$150. As empresas envolvidas no projeto estudam políticas públicas para viabilizar o acesso da população carente à nova tecnologia.



DIVULGAÇÃO

i www.cce.com.br
0800-7014360

Feira de Natal beneficente

A Colmeia – Instituição a Serviço da Juventude promoverá de 6 a 10 de dezembro, no Museu Brasileiro da Escultura Marilisa Rathsam (MuBE), em São Paulo, sua tradicional Feira de Natal. A 12ª edição do evento contará com uma programação cultural, além de 60 estandes que irão comercializar artigos de cama, mesa e banho, acessórios, enxoval de bebê, produtos de beleza e importados, jóias e bijuterias, vestuário feminino e masculino, peças de decoração, utilidades para o lar, entre outros. Toda renda arrecadada durante o evento será revertida para a entidade, que atende diariamente mais de 500 crianças e adolescentes.

i www.colmeia.org.br
colmeia@colmeia.org.br
(11) 3062-2258

Orelhão universal

Wellington Lima e Lucas Sodré, dois jovens moradores de Paraisópolis, desenvolveram o ErgOrelh@o, um orelhão com acesso à internet e ajuste automático de altura. O projeto nasceu durante os cursos de inclusão tecnológica promovidos pelo Colégio Santo Américo no bairro carente da capital paulista e tem como proposta oferecer um equipamento de comunicação público que possa atender irrestritamente a todos os cidadãos. O ErgOrelh@o é mantido sempre no alto da estrutura de sustentação, com a tampa protetora do painel fechada e o abrigo recolhido. Quando o usuário pisa na rampa da base frontal, o abrigo é aberto e o aparelho desce exatamente até a altura de quem o utiliza.

i www.csasp.g12.br



DIVULGAÇÃO



DIVULGAÇÃO

Ética nos negócios

O Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios criou um blog com o objetivo de divulgar e fomentar, especialmente entre os jovens e adolescentes, a ética nas empresas. A entidade defende que a ética deve ser a base de sustentabilidade e a principal ferramenta de gestão das empresas, pelos princípios e valores que norteiam a chamada tripla responsabilidade corporativa, composta pela responsabilidade ética, social e ambiental.

i <http://eticanosnegocios.blogspot.com>



Ações sociais das empresas

O novo site da Bovespa, Em Boa Companhia, reúne todos os projetos de responsabilidade social das companhias listadas na bolsa paulista. O objetivo é contribuir para que as empresas sejam conhecidas e avaliadas por um número cada vez maior de investidores nacionais e estrangeiros, com base em critérios de visibilidade, transparência e responsabilidade social. Entre as informações disponíveis, estão: descrição do projeto, público atendido, valor do investimento, principais resultados, galeria de fotos e notícias.

i www.bovespa.com.br/emboacompanhia



Informações sobre câncer

O Hospital do Câncer A.C. Camargo lança seu novo portal, que disponibiliza conteúdo objetivo e detalhado sobre prevenção, tratamento, apoio e reabilitação dos diversos tipos de câncer para pacientes, familiares e interessados no tema. Também são apresentadas informações institucionais e de infra-estrutura do hospital, dados do corpo clínico e das áreas de ensino e pesquisa.

i www.hcancer.org.br



Escolhendo o alimento certo

A Unifesp e o Instituto Alana disponibilizam no site Criança & Consumo o jogo eletrônico Prato Certo. De acesso gratuito, o game ensina crianças e adultos a escolherem alimentos que compõem uma dieta balanceada, trazendo informações sobre a pirâmide alimentar e os benefícios da prática regular de exercícios físicos. A intenção é combater a obesidade, doença crônica que acompanha múltiplas complicações. Além de reeducar, o jogo funciona como um meio de conscientização do comportamento nutricional e incentiva a reflexão para uma vida mais saudável.

i www.criancaconsumo.org.br

